



Mala Direta
Básica

SEMPRE ATUALIZADA SEMPRE
FIDELIDADE

Correios



AS

ZIKA VÍRUS

Pesquisadores questionam a estratégia de combate à epidemia e propõem alternativas

POR UMA ESCOLA
PÚBLICA
DE QUALIDADE!

ENTREVISTA

Eduardo Mourão Vasconcelos fala sobre o risco de retrocesso na política de saúde mental

Ocupação de escolas em vários estados pode ser o renascimento do movimento estudantil?

Conheça o
Poli

**Material
Educativo**

Publicações



**Ensino Médio Integrado à
Educação Profissional**



PROEJA

**Ensino Profissionalizante
para Jovens e Adultos**

**Programa
«Vocação
Científica**



Revista

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Biblioteca Virtual em Saúde
Educação Profissional em Saúde

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**



RETS

**Rede Internacional de Educação
de Técnicos em Saúde**

**Observatório
Juventude C&T**



**OBSERVATÓRIO
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Capa	4
Ocupar, lutar, resistir	
Almanaque	11
Entrevista	12
Eduardo Mourão Vasconcelos - "A psiquiatria biomédica está se fortalecendo"	
Cobertura Especial	16
Lógica Mosquito Cêntrica	
Educação Brasileira	23
A escola faz a doutrinação?	
Livros	28
Crise do capitalismo, crise das cidades	
Dicionário	29
Inovação	

Passados mais de 50 anos dos tempos áureos do movimento estudantil, que reforçou as lutas contra a ditadura no Brasil, o país assistiu, um pouco atônito, ao surgimento de um novo tipo de ação vinda das escolas. Tudo começou em São Paulo, quando alunos ocuparam as instituições públicas de ensino médio e fundamental, enfrentando a ação violenta da polícia, como forma de resistência à reorganização escolar imposta pelo governo de Geraldo Alckmin. Entre as entidades clássicas do movimento estudantil, como UNE e UBES, nenhuma estava à frente nem por trás. Como evidência de que algo novo surgia ali, logo, logo, o fenômeno se espalhou e a pauta de reivindicação também: Espírito Santo, Goiás, ora contra a administração privada por Organizações Sociais, ora contra a militarização das escolas. É no rastro dessa trajetória, tentando entender se estaria em curso uma 'retomada' da organização dos estudantes, que a Poli montou sua matéria de capa.

Nesse mesmo tempo, nesse mesmo país, tem ganhado corpo na sociedade civil e em diversas casas legislativas um projeto chamado 'Escola sem Partido', que denuncia o que considera um processo de "doutrinação" da educação brasileira, influenciada principalmente por autores clássicos como Paulo Freire. Nesta revista, você vai ler uma reportagem que não só apresenta o projeto como traz diferentes visões sobre a pertinência deste 'problema'.

Em tempos de emergência sanitária, a Poli não poderia deixar de tratar da epidemia de zika vírus. Embora noticiado diariamente em todos os jornais, esse tema tem muitas interfaces pouco abordadas. Nesta reportagem, você vai conhecer os fundamentos da crítica à estratégia de enfrentamento do problema e os argumentos de vários pesquisadores que demonstram os riscos do uso de inseticidas químicos, a pouca eficácia da estratégia de "guerra ao mosquito" e, principalmente, a importância de uma abordagem com foco em ações de saneamento.

Enquanto a epidemia de zika, e sua possível ligação com os casos de microcefalia e outras malformações, são problema de saúde visível, outra ameaça, mais silenciosa, coloca em risco conquistas históricas da Reforma Sanitária. Trata-se da recente nomeação de Valencius Duarte Filho para a Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Médico cuja história de vida endossa práticas de internação e soluções como as comunidades terapêuticas, ele tem sido alvo de protestos de instituições e militantes da Reforma Psiquiátrica. É uma das lideranças dessa reação é o professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, Eduardo Mourão Vasconcelos, entrevistado desta edição. A resenha deste número apresenta o livro 'Guerra dos lugares: a colonização da terra na era das finanças', da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, e a seção 'Dicionário' traz o verbete 'Inovação', como um novo atributo da ciência no capitalismo contemporâneo.

Boa leitura!

Ano VIII - Nº 44 - mar./abr. 2016
Revista POLI: saúde, educação e trabalho -
jornalismo público para o fortalecimento da
Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Isabela Cabral, Adeline Pereira, Ieda Barbosa, José Orbílio, André Feitosa, Ana Beatriz de Noronha, Leandro Medrado, Leandro Nardarcio, Maria Cecília Carvalho, Marcela Pronko, Clélia Assis, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sérgio Munck, Marco Antônio Santos, Marcelo Melo.

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editores e Repórteres

André Antunes
Cátia Guimarães
Maíra Mathias
Raquel Júnia

Fotos de Capa

Rovena Rosa e André Tambucci

Montagem de Capa

Maycon Gomes

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão
Maycon Gomes

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria
Tales de Oliveira

Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

Distribuição

Tairone Cardoso

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,
Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Ocupar
Lutar
Resistir

Num contexto de retirada de direitos e de crise de representatividade no movimento estudantil, jovens criam novas formas de organização e mobilização política

André Antunes

No momento em que esta reportagem está sendo escrita, Wendel, um estudante secundarista do colégio Francisco Maria Dantas, na periferia de Goiânia, está saindo da cadeia, onde ficou durante cinco dias. O adolescente foi um dos 16 manifestantes – entre eles três menores de idade – detidos durante uma manifestação contra o aumento da tarifa do transporte coletivo na capital goiana no dia 17 de fevereiro. O jovem foi o último manifestante preso a ser liberado. O motivo? Wendel foi acusado, juntamente com outros dois manifestantes adultos, de lesão corporal grave a um policial não fardado que atuava na repressão aos manifestantes. Gustavo Sabino, advogado da comissão de Direitos Humanos da seção de Goiás da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), que acompanhou o caso, criticou, no Facebook, a atuação da polícia e do aparato judicial, tachando de “surreal” e “kafkiano” o cenário em que se deu a prisão do jovem. Segundo ele, os argumentos da defesa foram “solenemente ignorados”: Wendel estava tentando ajudar uma manifestante, também adolescente, a se desvencilhar do policial que a agredia depois de já tê-la derrubado e imobilizado. Além disso, para Sabino, o laudo médico do policial não apresentou provas conclusivas da gravidade da lesão sofrida por ele. E pior: a justificativa dada pelo promotor responsável pelo caso para manter o jovem menor de idade preso – sob protestos do advogado de defesa, para quem aquela seria uma prisão ilegal, uma vez que não cumpria os requisitos previstos na lei para justificar a internação compulsória de um menor de idade – foi de que Wendel deveria “servir de exemplo para todos que se manifestassem dali por diante”, pois “não seria justo desguarnecer a população em geral com a alocação de grande parte do efetivo da polícia no acompanhamento das manifestações cada vez mais frequentes” em Goiânia, dada a “situação de colapso” da segurança pública no estado. “Esse enredo parece tratar-se de mais uma tentativa orquestrada pelo Governo de Goiás e instrumentalizada pelo seu braço forte, a Polícia Militar, de criminalizar os movimentos sociais críticos e combativos aos desmandos da administração pública em nosso estado”, desabafou Sabino.

A prisão de Wendel fez dele um símbolo de uma luta que vem se desenrolando desde o ano passado, mobilizando milhares de estudantes de várias partes do Brasil. Num movimento que tem sido chamado de “Primavera Secundarista”, jovens de estados como São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais vêm se organizando para fazer oposição a medidas que têm como pano de fundo a luta pela educação pública e melhores condições de vida nos centros urbanos.

O fenômeno das ocupações acontece em um contexto de acirramento da retirada de direitos sociais em meio à crise econômica e às medidas de ajuste fiscal, que atinge em cheio os mais jovens. Para muitos deles, as instâncias de representação políticas tradicionais, incluindo as entidades do próprio movimento estudantil, vistas como reféns da institucionalidade, não são mais capazes de dar respostas frente a esse quadro. Desafiando o senso comum que vê os jovens como ‘individualistas’ e ‘despolíticos’, os estudantes vêm dando uma lição de organização e mobilização coletiva. Em troca, têm aprendido na prática que o Estado brasileiro não faz distinção de idade na hora de defender seus interesses.

Estudantes são reprimidos com violência em Goiás

O caso de Wendel foi apenas o mais recente de uma sucessão de episódios de violência contra estudantes e professores de Goiás protagonizados pelo aparato policial do estado. A manifestação na qual o secundarista foi preso se deu no mesmo dia de uma audiência de custódia que determinou a liberação de 31 pessoas, entre elas 13 menores, que haviam



Roveria Rosa / Agência Brasil

sido detidas durante a desocupação do prédio da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (Seduc), em uma ação que contou com a participação de efetivos da Polícia Militar, Batalhão de Choque e até do Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer).

O prédio foi ocupado no dia 15 de fevereiro. A ação foi um protesto dos estudantes por terem sido impedidos de entrar no local onde ocorria a abertura dos envelopes com as propostas enviadas pelas Organizações Sociais (OSs) que participaram da licitação para gerir 30% das escolas estaduais de Goiás, de acordo com a determinação de um decreto (8.469) assinado pelo governador do estado, Marconi Perillo, em outubro do ano passado. Vários dos estudantes que ocupavam a Seduc já haviam sido retirados de escolas estaduais que vinham sendo ocupadas desde dezembro em protesto contra a proposta, num movimento que, em seu auge, totalizou 29 ocupações em cinco cidades do estado. A Justiça goiana havia determinado, em janeiro, a reintegração de posse de três delas: José Carlos de Almeida, Lyceu e Robinho Martins Azevedo. Atualmente apenas uma escola permanece ocupada. Para os secundaristas, a desmobilização foi resultado da repressão da polícia, que, contam, desocupou à força, sem mandados de reintegração de posse, muitas das escolas ocupadas.

Segundo o estudante goiano Lucas Walker, 17 anos, foi isso que aconteceu no Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus, em Goiânia, que estava ocupado desde o dia 16 de dezembro. No dia 25 de janeiro, relata, os estudantes foram retirados à base de socos e pontapés por 15 policiais fardados. “Acordei com três me agredindo, chutando minha cabeça, me xingando. Foram arrastando todo mundo pra fora, com arma de fogo em punho. Mandaram ficar de cabeça baixa dizendo que iam socar quem olhasse pra cara ou pra identificação deles”, denuncia Lucas. Para surpresa dele, nem as meninas que participavam da ocupação foram poupadas das agressões. “Entraram batendo em todo mundo, não teve nenhum diálogo. Quando eu perguntei para um policial se eles tinham mandado de reintegração de posse ele me mandou calar a boca e ameaçou me socar”, relata.

Para tornar a situação em Goiás ainda mais preocupante, a mesma PM que vem reprimindo as mobilizações de estudantes está, desde 2014, assumindo a gestão de diversas escolas no estado: atualmente são 26 as unidades que foram militarizadas a mando do governo Perillo. Rebeca Peres, estudante de 17 anos que participou da ocupação do Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, explica por que o processo de militarização preocupa os estudantes do estado. “A gente sabe de casos de professores que estão sofrendo ameaça dentro da escola militar. Tem censura com relação ao conteúdo pedagógico, principalmente na hora de falar da ditadura”,

critica. Segundo Rebeca, os alunos são obrigados a bater continência e não podem entrar com *piercings* e nem com cabelos e unhas pintadas. “A regra é clara: ou você se adequa ao sistema ou não se encaixa na escola. Isso é inadmissível numa escola pública”, sustenta. A cobrança de taxas de mensalidade e a exigência do uso de fardas são outro problema, principalmente para os alunos de menor renda. “Tem uma escola chamada Waldemar Mundim, que foi militarizada no ano passado. É uma escola de periferia. O que os estudantes de lá estão dizendo é que houve uma evasão enorme porque a farda custa R\$ 300. Em uma escola onde ninguém tem dinheiro nem para levar lanche, as pessoas não têm como pagar”, denuncia.

Rebeca também não poupa críticas à proposta de terceirização da gestão por meio de OSs, que, aliada ao processo de militarização, serviu de estopim para o início das ocupações em Goiás. “Os professores não vão ser concursados, vão ganhar menos e vão ter instabilidade. Sem contar que facilita o nepotismo, a perseguição dos professores e a corrupção, já que as OSs não precisam fazer licitação pra nada, podem fazer o que quiserem com o dinheiro da escola”, enumera. A jovem afirma que, a partir das ocupações, os secundaristas despertaram para a necessidade de se articular para continuar pressionando pela revogação

do decreto das OSs. O governo estadual, no entanto, não dá sinais de que deve ceder, mesmo após o recebimento, pela secretaria estadual de Educação, Cultura e Esportes, Raquel Teixeira, de uma carta assinada pelo Ministério Público estadual, Ministério Público de Contas de Goiás e o Ministério Público Federal pedindo o adiamento do edital de chamamento para escolha das OSs.

Reorganização silenciosa em São Paulo

“Histórico”. O uso do adjetivo para descrever a mobilização dos secundaristas de São Paulo no final do ano passado não é um exagero. Protagonizado por jovens entre 15 e 17 anos, o movimento, em seu ápice, se espalhou por 213 escolas da rede estadual paulista e obteve sua maior vitória no dia 5 de dezembro, quando o governador Geraldo Alckmin suspendeu a reorganização escolar no estado, que previa o fechamento de 93 escolas, afetando mais de 300 mil alunos. Herman Voorwald, então secretário de Educação de São Paulo, pediu exoneração. O índice de aprovação do governo Alckmin caiu para seu nível mais baixo, 28%, segundo o Datafolha. Isso sem falar no impacto cultural: vários artistas, como Criolo e Maria Gadú, fizeram apresentações em escolas ocupadas. Chico Buarque, Arnaldo Antunes e Zélia Duncan, entre outros artistas, gravaram uma música em homenagem à mobilização, que ainda deve render um documentário e pelo menos um livro.

Mas tudo isso não foi suficiente para fazer com que a proposta fosse abandonada, segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Em levantamento divulgado no início do ano letivo de 2016, no dia 15 de fevereiro, o sindicato revelou que o governo do estado fechou 1.112 salas de aula em várias regiões de São Paulo. O sindicato acusa o governo de realizar uma “reorganização silenciosa”. Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* (18/02) denunciou os transtornos causados pelas mudanças, que incluíram, além do fechamento das salas, alterações nos horários das escolas e a transferência de alunos para períodos e colégios diferentes. Tudo feito sem consulta prévia. A Secretaria Estadual de Educação, por sua vez, afirmou que o fechamento de salas decorre de uma diminuição no número de matrículas em 2016. Segundo o órgão, foram 143 mil matrículas a menos em relação ao ano passado.

Para Jonas Medeiros, doutorando da Faculdade de Educação da Unicamp, que está escrevendo um livro sobre as ocupações, a nova conjuntura traz desafios para a continuidade da mobilização dos estudantes. Ele alerta que a vitória do movimento foi apenas parcial. “O governo Alckmin errou ao tentar implementar a reorganização como um grande pacote de uma vez só, mas o projeto permanece. O governo aprendeu que a maneira mais efetiva é tocar a reorganização de forma subterrânea”, alerta.

Estudantes reivindicam maior participação

No entanto, ainda que seja necessário ter claro que as mobilizações não foram suficientes para acabar de vez com a ameaça representada pelas OSs e militarização em Goiás e pela reorganização escolar em São Paulo, é preciso ressaltar a importância histórica da mobilização, segundo Jonas. “O grande saldo é o ressurgimento do movimento popular de educação. Na década de 1980 ele era formado por pais e mães, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, e foi muito atuante na luta pela abertura de novas creches e escolas, mas ele se desmobilizou nos últimos 20 anos. Hoje o que as ocupações revelam é que tem uma quantidade enorme de alunos dispostos a lutar pela escola pública”, avalia.

No cerne desta luta está a reivindicação dos estudantes por uma maior participação em todos os processos que envolvem sua escola, desde a escolha do diretor até o conteúdo curricular e pedagógico. Para muitos estudantes que participaram das ocupações, a mobilização foi um momento de discutir coletivamente propostas nesse sentido. A principal

A justificativa do Ministério Público para pedir o adiamento foram as várias irregularidades identificadas no processo de licitação. O órgão identificou um “déficit democrático” no processo de transferência da gestão das escolas estaduais para OSs, que desrespeitou princípios de gestão participativa do ensino público previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Estatuto da Juventude e na lei estadual que estabelece as diretrizes e bases do sistema educativo. A carta acusa a Seduce de promover discussões meramente formais com representantes de professores, dos alunos e do Ministério Público, na tentativa de conferir legitimidade para uma decisão já tomada [...] já que os principais impactados pela terceirização não poderão influenciar na decisão do Chefe do Poder Executivo”. Além disso, nenhum dos dirigentes das Organizações Sociais que participam da licitação cumpre os critérios exigidos pela lei estadual que rege a atividade: seis deles não apresentam idoneidade moral para o exercício da função, por terem sido condenados ou estarem respondendo a processos por crimes como fraude, estelionato, peculato e associação criminosa; aos outros cinco dirigentes, de acordo o Ministério Público, falta “notória capacidade profissional” exigida por lei dos responsáveis por uma organização social da educação.

dela é a organização de grêmios livres. Nas entrevistas que realizou durante as ocupações, Jonas ouviu dos estudantes inúmeras reclamações de direções que tentam esvaziar esse espaço de representação política. Em algumas escolas, são os diretores quem determinam os alunos que vão dirigir os grêmios. É o caso da Escola Estadual Diadema, na região metropolitana de São Paulo, primeira do estado a ser ocupada, no dia 9 de novembro. “O nosso grêmio nem participou



Rovenna Rosa / Agência Brasil

Manifestante ferido durante ato contra o aumento da tarifa do transporte público em SP

da ocupação. É totalmente ‘pelego’”, critica Fernanda Freitas, 17 anos, aluna e ex-ocupante do colégio. Em outras unidades, como a Escola Estadual Plínio Negrão, no bairro paulistano de Santo Amaro, esses espaços sequer existiam antes das ocupações. “Uma das condições pra gente desocupar foi a criação de um grêmio na escola”, revela Gislane Gomes, 17 anos. Suzanne Freire, de 17 anos, que até fevereiro desse ano compôs a direção do grêmio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) no Rio de Janeiro, considera que esse espaço foi fundamental para sua formação. “Fazer parte do grêmio é muito bom, mas é desesperador, principalmente quando você se depara com vários problemas para resolver. Mas foi um crescimento político enorme, você aprende a lidar com os problemas, aprende a pensar sobre como resolver os problemas, quando, com quem. Ajudou muito na minha organização e foi um crescimento muito grande”, avalia.

Desconfiança nos espaços institucionais

Os grêmios, porém, muitas vezes são o máximo de institucionalidade desejada pelos estudantes que participaram das ocupações. Na medida em que se sobe na hierarquia de representatividade do movimento estudantil, do grêmio para centros e diretórios acadêmicos e, daí, para as entidades de representação nos níveis municipal, estadual e nacional, cresce o grau de desconfiança dos estudantes com relação à capacidade de representação que essas instituições proporcionam. Nas ocupações, era comum o receio de que elas tentassem tomar à frente do movimento e negociar em paralelo com o governo. “Nós achamos que eles realmente não nos representam pela questão da ‘pelegagem’, que é incrivelmente grande. Nas plenárias a gente colocava a todo momento que não podia ter líderes, ninguém podia nos representar falando por um todo. E o que a gente via é que essas entidades não davam muita importância pra isso, algumas vezes elas até se colocavam como líderes do movimento. E a gente ficou irritado com isso”, lembra Fernanda. Segundo ela, os estudantes se articularam em um coletivo, o Comando das Escolas Ocupadas, como forma de impedir que as entidades representativas falassem em nome do movimento. Em Goiás, as críticas são semelhantes. “Nunca tivemos apoio de ninguém desse pessoal. Mas assim que as escolas foram ocupadas eles apareceram levantando bandeiras. Esse é o problema que a gente vê: não dormem na escola, não ajudam e ao mesmo tempo querem levantar suas bandeiras”, reclama Rebeca.

A presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Camila Lanes, discorda das críticas. Segundo ela, a entidade esteve presente em várias ocupações e pautou o tema no seu congresso,

que aconteceu uma semana após o início da mobilização. “A Ubes reflete a opinião do movimento estudantil secundarista. Nós nunca nos propusemos a protagonizar ou nos colocar acima dos estudantes, porque não temos esse papel. Nosso papel é construir coletivamente em todos os espaços do movimento estudantil”, diz Camila. Como exemplo de uma bandeira defendida pela entidade que vai ao encontro de algumas das propostas discutidas pelos estudantes durante as ocupações, ela cita o debate sobre a Base Nacional Curricular Comum, capitaneado pelo Ministério da Educação (MEC) desde o final do ano passado. Segundo ela, esse é o principal item da pauta da Ubes atualmente. “Há muito tempo a gente tenta discutir a renovação do ensino básico, e não tem conseguido. Para além dos problemas com relação à gestão democrática das escolas, as ocupações demonstraram o quanto os estudantes como um todo estão dispostos a discutir uma nova escola, sem machismo, racismo, LGBTfobia, transfobia, qualquer opressão que possa dificultar o desenvolvimento crítico. O governo federal está tentando se esforçar pra fazer esse debate agora com a base curricular”, acredita Camila.

A Base Nacional Curricular Comum, documento previsto pelo Plano Nacional de Educação (PNE), deve fixar conteúdos mínimos obrigatórios em cada etapa da educação básica. No final do ano passado, o MEC divulgou uma versão preliminar do documento, que foi posto em consulta pública na internet. Entidades como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), entretanto, expressaram preocupação em relação às propostas de reformulação contidas no documento preliminar. Em janeiro, durante o congresso do Andes, a entidade prometeu encaminhar ações políticas e jurídicas para barrar a proposta de reforma curricular da educação básica materializada no debate da Base Nacional Curricular Comum. A entidade criticou o “caráter tecnicista e pragmático” do documento que

apresentaria uma concepção de educação voltada para os interesses imediatos do mercado de trabalho “em detrimento aos interesses da formação humana da classe trabalhadora”. Para seus críticos, a BNCC vem materializar em política pública as concepções de educação que vem sendo defendidas por entidades empresariais, que têm tido cada vez mais influência sobre o governo, como a Fundação Lehmann e o Movimento Todos pela Educação.

Camila Lanes sinaliza que há, na Ubes, uma preocupação com o resultado da consulta pública sobre o documento da BNCC, mas ressalta que não tem opinião formada sobre as questões levantadas pelos setores críticos à proposta. A presidente da entidade, que desde a década de 1990 é presidida pela União da Juventude Socialista (UJS), corrente ligada ao PCdoB, ressalta que a Ubes não reflete a opinião de nenhum partido e que tem autonomia e independência para avaliar as propostas que saem do governo. Mas essa autonomia é questionada por setores do movimento estudantil e da academia, que acusam a Ubes, assim como a UNE, de, ao longo dos últimos anos, ter se tornado cada vez mais um canal de legitimação, e não de discussão, das políticas voltadas para a educação. Para Luiz Antonio Groppo, professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), as entidades de representação nacional apresentam dificuldades de construir pautas que articulem os problemas específicos de suas bases sociais com as políticas mais gerais, que são determinantes para muitas dos problemas enfrentados pela juventude no Brasil. Groppo entende que essas entidades acabaram se afastando de um trabalho de base junto aos estudantes, contribuindo para criar um vácuo que no caso dos secundaristas tem sido preenchido por movimentos autonomistas e anticapitalistas, como o Movimento Passe Livre (MPL). “Não é à toa que as ocupações compartilharam algumas das características desses movimentos. Elas não foram totalmente espontâneas, tiveram a colaboração e o

apoio desses grupos, que há algum tempo vem atuando nas escolas junto aos estudantes, como é o caso do MPL”, diz Groppo.

A militante do MPL Luíze Tavares concorda: “Uma grande parte dos militantes do MPL hoje veio do trabalho do movimento nas escolas, de conversar com os alunos, apresentar a pauta do movimento. Com as ocupações, não só o MPL, mas um grande número de movimentos deu apoio”. Essa articulação pôde ser vista nos atos do MPL contra o aumento da tarifa em São Paulo em janeiro, que contaram com um grande número de secundaristas de escolas ocupadas. E assim como nas ocupações, os atos contra o aumento da tarifa expuseram divergências entre o movimento estudantil institucional e os grupos autonomistas. De acordo com matéria do jornal *El País* (15/01), o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, reuniu-se com representantes de entidades estudantis como a UNE e a União Estadual dos Estudantes (UEE) na tentativa de esvaziar os protestos puxados pelo MPL, que foi excluído da negociação. “Foi uma manobra interesseira dessas organizações, que sentaram com a prefeitura para decidir coisas sem as pessoas que estavam nas ruas protestando”, critica Luíze. Na reunião, as entidades teriam recebido de Haddad o compromisso de ampliar o acesso à gratuidade para os estudantes no transporte coletivo, bem como a possibilidade de utilização do serviço nos finais de semana. “O que nós defendemos é a tarifa zero no transporte coletivo, não só a gratuidade para os estudantes”, distingue ela.

Blindagem

Já nas universidades, quem tem ampliado sua atuação no trabalho de mobilização política junto aos estudantes são as executivas de curso, de acordo com Luiz Antonio Groppo. “Elas têm conseguido fazer um pouco mais essa ligação das questões políticas mais gerais e as específicas dos estudantes”, avalia.

A estudante de Medicina Suelen Nunes, que em 2015 ocupou o cargo de coordenadora-geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), sustenta que a falta de distanciamento crítico da UNE em relação ao governo gera hoje alguns dos principais focos de divergências entre a entidade representativa e setores do movimento estudantil que têm procurado construir projetos alternativos. “As grandes entidades, que tiveram papel histórico no movimento estudantil, não se colocam mais no processo de enfrentamento direto. A gente vive uma situação em que essas entidades, para ir às ruas, primeiro blindam o governo federal. Se não existe possibilidade de ataque direto, os movimentos se colocam na rua. Do contrário, eles se eximem do debate e do compromisso com a sua base”, critica.

Para ela, exemplo disso foi o que aconteceu durante a 15ª Conferência Nacional de Saúde. Suelen representou a Denem como delegada no evento, que aconteceu no final do ano passado, na mesma semana em que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aprovou o pedido de abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Por conta disso, os debates acabaram sendo atropelados por manifestações contrárias ao impeachment (leia mais sobre isso na cobertura da 15ª CNS, na Poli nº 43). “A gente precisava debater coisas centrais, como a entrada do capital estrangeiro [na assistência à saúde], o leilão ministerial que colocou Marcelo Castro no Ministério da Saúde, a privatização da gestão dos hospitais universitários pela Ebserh; todas pautas relacionadas diretamente ao governo federal. Só que, ao invés disso, se optou por fazer da conferência um ato contra o impeachment, a partir de uma falsa dualidade que coloca que ou você está ao lado do governo Dilma e defende o governo em si, ou está do lado dos conservadores a favor do golpe”, analisa. O descontentamento com os rumos do evento foi expresso no coro de ‘Cadê a conferência?’, puxado principalmente pelas executivas de cursos da saúde presentes. “Existem, sim, pessoas que querem defender os processos democráticos, mas isso não



Valter Campanelli/Agência Brasil

Aprendizados

As notícias mais recentes não compõem um quadro muito animador: ao que tudo indica, a reorganização escolar continua em São Paulo – na base do sigilo – e a terceirização da gestão escolar também segue seu rumo em Goiás – na base do rolo compressor. A repressão policial continua sendo a principal arma empregada pelo Estado para tratar as mobilizações de rua, mesmo aquelas protagonizadas por adolescentes. Sem falar nos desafios colocados por uma conjuntura econômica e política adversa e pelas contradições no interior do movimento estudantil.

No entanto, o balanço das mobilizações recentes, que proporcionaram uma oportunidade de politização para uma parcela grande de jovens e sinalizaram seu potencial como catalisadores de transformação social, é, para os entrevistados ouvidos pela Poli, motivo mais do que suficiente para otimismo. “São vários os desafios, mas o que me deixa esperançoso é que há um frescor nesses estudantes que estão mobilizados e abertos a diferentes formas de lutas políticas”, aponta Jonas Medeiros.

Nas suas falas, os estudantes listam o que aprenderam durante as ocupações. A goiana Rebeca Peres, 17 anos, destaca a autonomia adquirida pelos jovens. “Autonomia no sentido de o estudante entender que a escola é dele. É ele limpar a escola para sentir na pele o que é isso; é o estudante ter acesso aos documentos da escola, entender o que se gasta na escola, poder saber o que se passa com sua escola e pra onde ela vai. É incrível”, resume. Já para a paulista Fernanda Freitas, a mobilização ajudou na construção de um projeto diferente de educação: “Tivemos atividades culturais, conhecemos pessoas que nos ajudaram a formar uma opinião política. Fizemos várias coisas que não havia antes na escola. E a gente viu que essa seria uma escola que gostaríamos de ter na nossa vida”. ●

Em Goiás, protesto de estudantes ocupou 26 escolas

significa que a gente deva blindar o que o governo vem fazendo. Pelo contrário. O governo vem fazendo grandes ataques à classe trabalhadora, à educação, à saúde, e não pode ser blindado. Muito menos pelos movimentos sociais e pelo movimento estudantil. Tem que ser pressionado por esses movimentos, porque foram eles que, em parte, não permitiram que os setores conservadores assumissem o governo”, defende Suelen.

Ampliação via universidades privadas é foco de divergências

A presidente da UNE, Carina Vitral, se defende das críticas, afirmando que a entidade tem uma posição de independência em relação a governos ou partidos políticos. “Isso significa que quando o governo erra a gente crítica e quando o governo acerta a gente precisa também ter a capacidade de reconhecer”, ressalta ela, completando em seguida: “E o fato é que nos últimos dez anos a universidade avançou muito. A UNE, que sempre lutou pela democratização da universidade brasileira, não poderia se eximir de se posicionar a favor dessas políticas que democratizaram a universidade”. Durante o último Fórum Social Mundial, em janeiro deste ano, no entanto, Carina defendeu a necessidade de combater a “mercantilização” da educação superior no país. Segundo ela, essa não é uma incoerência. “Nosso debate estratégico é pela universidade pública, gratuita e de qualidade, mas a realidade no Brasil é que 80% dos estudantes universitários estudam na universidade privada. E lá, infelizmente, a nossa luta é bastante inicial, porque nem os mínimos direitos estudantis existem e muitas delas oferecem uma educação de baixa qualidade”, explica Carina. Em decorrência disso, explica, uma das principais reivindicações da UNE hoje é por uma maior regulação do setor privado na educação superior. “Uma bandeira é a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior, o Insaes, que seria como o Inep, só que pra fiscalizar, cobrar e multar as universidades que não tiverem qualidade”.

Mas o debate em torno das políticas de expansão do ensino superior através da ampliação do número de vagas em universidades privadas, por meio de programas como o ProUni e o Fies é um ponto de divergência entre representantes do movimento estudantil. “O governo fala que esse é um modelo de inclusão. Mas que modelo de inclusão é esse em que estudantes são submetidos a escolas que têm uma hierarquia muito forte, não têm processo democrático, não têm nenhuma perspectiva de assistência e permanência estudantil, trazem modelos mais tecnicistas de formação, a extensão universitária e a parte de pesquisa não é valorizada porque é apenas um gasto para aquela universidade?”, questiona Suelen.

Movimento estudantil foi alvo prioritário da repressão na ditadura

Não é preciso um grande esforço de imaginação para identificar semelhanças entre as mobilizações estudantis que vêm acontecendo desde o final do ano passado e as protagonizadas pelo movimento estudantil nos anos 1960. Num país que, mais de três décadas após o fim da ditadura empresarial-militar, ainda luta para consolidar suas estruturas democráticas, a imagem de jovens apanhando da polícia em protestos de rua reabre velhas feridas. “A forma violenta com que as polícias tratam os movimentos populares é uma coisa que não mudou desde a ditadura”, ressalta Luiz Antonio Groppo.

O aparato repressivo construído naquele período teve como um de seus alvos prioritários os movimentos estudantis, principalmente a UNE e a Ubes. Logo após o golpe, no dia 1º de abril de 1964, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada. “Isso não foi por acaso”, afirma Angélica Muller, professora da Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e autora do capítulo sobre a repressão da ditadura nas universidades do relatório da Comissão Nacional da Verdade. “A UNE foi importante na discussão das reformas de base. Ela contribuiu na proposta de reforma universitária, defendendo a ampliação do acesso e a democratização das instituições públicas”, explica. Já a Ubes vinha, desde a década de 1950, organizando manifestações contra o aumento do preço das passagens do transporte coletivo da época, os bondes. “Essa é uma bandeira histórica dos secundaristas”, diz Angélica.

Combater o foco de “subversão” representado por essas entidades tornou-se prioridade do regime ditatorial que no final de 1964 tornou ilegais a UNE e a Ubes por meio da lei Suplicy. Mesmo na clandestinidade, os estudantes continuaram se articulando. “Os relatórios das polícias políticas da época falam da ‘UNE Ilegal’. ‘A UNE Ilegal fez tal coisa’. Ela não existia oficialmente, mas continuava articulada”, conta Angélica. A resistência estudantil atingiu seu ápice em 1968, principalmente a partir dos protestos que se seguiram à morte do secundarista Edson Luís, no restaurante estudantil Calabouço, no Rio. “O movimento estudantil fazia manifestações ali porque a qualidade da comida era péssima, o lugar era insalubre. Numa delas, em março de 1968, a polícia matou o Edson Luís. Os estudantes transformaram seu protesto num ato político que se desdobrou em uma série de manifestações, culminando com a famosa Passeata dos 100 mil”, contextualiza.

No mesmo ano, veio o contragolpe do regime militar, que inaugurou o período mais duro da ditadura. Com a instauração do Ato Institucional Número 5, o AI-5, o presidente da República recebeu autoridade para suspender a garantia do *habeas-corpus* e os direitos políticos de qualquer cidadão por até dez anos, entre outras prerrogativas. Tudo isso sem passar pelo Judiciário. No final de 1968, veio o golpe de misericórdia no movimento estudantil: a polícia invadiu o sítio onde se realizava o 30º Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo, e prendeu os cerca de mil estudantes que haviam comparecido ao local para escolher a nova diretoria da entidade. “Aí o movimento estudantil passa completamente para a clandestinidade”, aponta Angélica.

A partir daí, a historiografia oficial aponta dois caminhos: ou a luta armada, ou o exílio. “Eu não concordo com essa tese. A movimentação dos estudantes continuou nos anos 1970, sob novas formas. Como estavam muito cerceados, os estudantes não podiam mais fazer grandes atos públicos. Então se organizaram para fazer pequenas manifestações nas universidades”, explica. Ela cita o plebiscito realizado por estudantes da USP, em 1972, em que 95% deles se posicionaram contra o ensino pago, em resposta a propostas de privatização do ensino superior que vinham sendo defendidas pelo governo. Na Bahia, por sua vez, os estudantes fundaram, em 1970, o Circuito de Cultura e Arte, o Cuca, uma maneira de organizar o movimento estudantil através de atividades culturais.

“Cada lugar foi se adequando de alguma maneira para continuar resistindo”, diz Angélica. Para ela, a maior prova de que o movimento estudantil continuou articulado mesmo após o AI-5 foi o fato de que os estudantes foram alguns dos primeiros a sair às ruas a partir de 1977, quando voltaram a eclodir manifestações em prol das liberdades democráticas.

Crise de representatividade no movimento estudantil

A redemocratização marcou uma virada na trajetória das entidades representativas nacionais dos estudantes, que vão gradualmente perdendo o *status* de vanguarda nas lutas sociais e assumindo um papel secundário no cenário político. “É um momento de muita polarização interna do movimento estudantil, sobretudo entre as correntes do PCdoB e do PT”, diz Angélica. A década de 1990 inaugurou o período de hegemonia da União da Juventude Socialista (UJS), corrente ligada ao PCdoB, que se mantém até hoje na presidência da UNE e da Ubes. “Atualmente essas entidades padecem de uma crise de representação, que afeta nosso sistema político como um todo. É incontestável a dependência que elas têm do governo, e essa é uma crítica de muitos estudantes”, afirma a professora. Além disso, completa, concorre para esse processo a abertura de novas frentes de militância para os jovens a partir de movimentos como o feminista, o movimento LGBT e o movimento negro. “Esse modelo tradicional de movimento estudantil não está conseguindo dar respostas para essas questões. Hoje a UNE e a Ubes não são protagonistas do que está acontecendo. Elas vêm meio que a reboque dos movimentos que estão se articulando de maneira autônoma, por jovens que não se sentem representados por nenhuma organização”, conclui.

Vulnerabilidade

"Esse menino não é louco. Se fosse, teria matado o primeiro que viu pela frente. Ele escolheu o Vitor, um bebê, no colo de uma indígena. Escolheu porque eram vulneráveis, assim são os índios do Brasil"

A declaração acima foi dada pela a vice-cacique da aldeia Condá, Márcia Rodrigues, ao jornal El País. Márcia se referia ao assassino do indiozinho Vitor, degolado por um rapaz, no dia 30 de dezembro de 2015, ao meio-dia, na rodoviária de Ibituba, no sul de Santa Catarina, enquanto era alimentado pela mãe.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre as violações de direitos dos povos indígenas entre 1946 e 1988 reforça a certeza de Márcia: os índios do Brasil são vulneráveis. Para ficar apenas nas menções aos crimes em que os prejuízos às crianças são citados, o relatório lista mais de uma dezena.

Em vários momentos da década de 1950, o encarregado de um posto indígena no Mato Grosso, Ismael Leitão, produziu documentos cobrando providências (nunca atendidas) de proteção aos Xavante de Marãiwatséde. Ele relatou "assassinatos, inclusive com requintes de crueldade, como a execução de crianças e a cremação de índios vivos".

Em 1968, a própria Funai, que havia sido criada recentemente pelo governo militar, emitiu certidões negativas da presença de índios no Vale do Guaporé, também no Mato Grosso, abrindo a porteira para a instalação de fazendas de criação de gado. O resultado: uma epidemia de sarampo que matou toda a população Nambikwara menor de 15 anos.

Entre 1950 e 1960, crianças da etnia Xetá, na Serra dos Dourados, Paraná, foram sistematicamente sequestradas por fazendeiros e pelo próprio Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão anterior à Funai. O relatório cita os nomes de duas delas - Tikuen Uleió e Anhambu Guaká, mantidas pelo SPI em Curitiba para "ajudar" como intérpretes nas expedições de busca.

Antonio Lustosa de Freitas, sobrinho do deputado de mesmo nome ao qual o governo do Paraná cedeu uma parcela de território indígena, também foi outro sequestrador de dois indiozinhos Xetá. Guayraká passou a ser chamado ironicamente de Geraldo Brasil e Tiguá de Ana Maria.

"A mãe dele ficou uns três ou quadros dias em redor para roubá-lo [sic]. Quando foi um belo dia, ela ameaçou pegá-lo. Foi quando eu peguei uma vara de bater em vaca e a ameacei (...)", declarou o próprio Lustosa, em 1989.

EDUARDO MOURÃO VASCONCELOS

“A psiquiatria biomédica está se fortalecendo”

Maíra Mathias

Estudiosos, profissionais e militantes da área nem tinham digerido a notícia de que o Ministério da Saúde havia sido entregue ao PMDB, quando veio um golpe ainda mais forte. Na distribuição dos cargos no interior da pasta, a Coordenação de Saúde Mental foi ocupada por um médico identificado com práticas terapêuticas que violam os direitos humanos e fazem retroceder 30 anos de conquistas da Reforma Psiquiátrica. Entre outras passagens do seu currículo, Valencius Wurch Duarte Filho, amigo pessoal do ministro Marcelo Castro, foi diretor do maior manicômio privado da América Latina, a Casa de Saúde Dr. Eiras, que colecionou denúncias de maus tratos com os pacientes até ser fechada por decisão judicial. A resposta foi imediata: reuniu diferentes frações da luta antimanicomial e se materializou em passeatas, manifestos e na ocupação do prédio do Ministério da Saúde. Eduardo Mourão Vasconcelos, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é uma das expressões desse movimento. Psicólogo e cientista político, ele é um militante histórico da Reforma e tem participado ativamente dessa reação. Nesta entrevista, ele ajuda a entender os interesses que estão por trás desse retrocesso, fala das dificuldades que essa área tem enfrentado e explica os benefícios da atenção psicossocial que, segundo ele, apresenta um olhar mais integral do que o modelo biomédico.



Arquivo pessoal

Como o movimento da luta antimanicomial recebeu a nomeação do Valencius Duarte Filho?

Na verdade, os gestores da saúde mental, não apenas no Ministério, mas também nos estados e municípios, são pessoas que devem comungar minimamente com a política de saúde mental que foi constituída como política de Estado no país. Até agora, mesmo governos conservadores, como Collor e FHC, foram sábios nas escolhas da gestão da área. Temos uma tradição e recomendações das conferências nacionais desde o nascimento do SUS de respeitar as áreas específicas, o que o ministro Marcelo Castro também não fez na saúde bucal e na saúde indígena. Os relatos do próprio Valencius mostram que o ministro fez uma indicação estritamente pessoal, sem levar em conta a existência do movimento, da necessária experiência de gestão, e da direção ético-política do processo de Reforma Psiquiátrica no país. Inclusive a própria ABP [Associação Brasileira de Psiquiatria] tinha feito outra indicação. É importante notar que Valencius

e o ministro reclamam da falta de diálogo do movimento, mas a quebra do diálogo se deu antes. Com a posse do novo ministro, nós imediatamente abrimos pedido de audiência. Foram cerca de 600 entidades, associações e serviços de saúde coletiva e saúde mental do Brasil inteiro. Ele abriu espaço de audiência para a ABP, cujas direções, a partir de 2000, passaram a não comungar mais os valores da política de saúde mental em implementação. E só aceitou a audiência conosco para informar que já tinha indicado o Valencius. O ministro não reconheceu o nosso movimento, que tem mais de 30 anos. E agora ele vai para a imprensa dizer que nós é que somos intransigentes, que ele está aberto ao diálogo, etc.

Quais os interesses que sustentam a nomeação de quadros assim?

No campo da saúde pública brasileira, temos várias forças conservadoras que atuam de forma mais ou menos associada a esta psiquiatria mais convencional. Há uma forte privatização do SUS, com serviços, gestão e recursos humanos entregues a empresas e organizações sociais (OS), isso associado aos interesses do complexo composto pelas indústrias farmacêuticas, de equipamentos, de insumos e, particularmente, pelas empresas de planos e seguros de saúde. Destacaria ainda outros três elementos. Primeiro, a frente parlamentar das igrejas, particularmente as evangélicas, com um discurso de interperação da família e dos valores tradicionais. No campo da saúde men-

tal, elas têm atuado nas comunidades terapêuticas para usuários de drogas, pregando internações do tipo manicomial. Junto a este setor religioso, temos um setor privado, inclusive internacionalizado, que tem investido em comunidades terapêuticas para usuários de drogas e, desde os anos 1970, vem também ocupando espaço. Um outro componente é um novo fôlego que a psiquiatria mais biomédica ganha a partir dos anos 2000. Até então, a ABP apoiava a Reforma Psiquiátrica. A psiquiatria biomédica está se fortalecendo. Um exemplo extremo é a patologização e medicalização da vida cotidiana das crianças, com o tratamento da hiperatividade com uso massivo de ritalina etc. Segundo o novo código das doenças psiquiátricas [*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, ou DSM-5, na sigla em inglês], qualquer tristeza é diagnosticada como transtorno e tem que ser medicada. Por último, precisamos levar em consideração a crise gerada pelas políticas neoliberais de ajuste econômico e fiscal, com consequências como o aumento do desemprego, das desigualdades, etc., o que reforça a criminalização e o aprisionamento dos pobres, dos negros e de outros grupos sociais estigmatizados. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo. Isso se liga também à política internacional do proibicionismo às drogas, que aqui gera um quadro de cerca de 25% dos homens e 60% das mulheres encarcerados por acusações de tráfico de drogas. Além disso, a crise fiscal dos governos federal, estaduais e municipais, decorrentes destas políticas neoliberais, gera um sucateamento do conjunto das políticas sociais e, particularmente, das políticas de saúde, cujo maior exemplo é a atual calamidade dos serviços de saúde no estado do Rio de Janeiro. Todas essas tendências estão se combinando para reforçar o conservadorismo que também incide no campo da saúde mental no Brasil.

Temos um diagnóstico sobre o peso dos hospitais psiquiátricos privados hoje?

Historicamente, este setor foi sofrendo forte retração. Na medida em que o Ministério da Saúde avançava na política da Reforma Psiquiátrica, exigia mudanças nos hospitais – mais profissionais, mais investimentos em atividades terapêuticas, como as oficinas. Além disso, houve o PNASH [Plano Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar / Psiquiatria] que fazia avaliações periódicas desses hospitais e fazia cobranças de mudanças de infraestrutura, de práticas profissionais, etc. Eram feitas visitas públicas, incluindo vários atores sociais, representantes das corporações profissionais e do movimento antimanicomial, com o foco de exigir a humanização dos hospitais. Os leitos, principalmente nos hospitais maiores e naqueles em condições mais insalubres, foram gradualmente sendo fechados. Ao mesmo tempo, também aumentamos as exigências para os hospitais de menor porte, induzindo a diminuição no número de leitos e melhores condições de tratamento. Isso porque o setor psiquiátrico mercantil, que vê a internação como um negócio, trabalha com escala. Com tudo isso, os empresários não viam mais lucro na atividade. Mas é importante alertar para o seguinte: a Reforma Psiquiátrica no Brasil foi um processo muito responsável no sentido de não gerar desospitalização e negligência, como aconteceu em alguns países. Isso implicou ir substituindo gradualmente os serviços convencionais por serviços de atenção psicossocial. Então, de fato, a partir da segunda metade dos anos 1990, assistimos gradualmente a uma diminuição da oferta de leitos. Mas ainda temos este tipo de unidades em alguns poucos lugares, como no Rio de Janeiro, hospitais privados conveniados ao SUS que recebem internações. Isso ainda

acontece em municípios que não investiram adequadamente na atenção psicossocial.

Uma política contestada, mas que deu o tom no Brasil inteiro, foram as Unidades de Pronto-Atendimento, UPAs. A gente não viu o mesmo boom acontecer com os CAPs, principalmente os que também poderiam ficar abertos 24 horas, como os CAPs 3. Na hora de inaugurar uma unidade ou anunciar um investimento, o estigma da loucura pesa no cálculo político do gestor?

Há um estigma associado ao transtorno mental difuso na cultura e na sociedade em geral. O movimento antimanicomial tem tentado trabalhar isso, mas é uma mudança de longo prazo que depende, acima de tudo, da consolidação da própria Política de Saúde Mental e da estruturação da rede de serviços. Existe a tese, defendida inclusive por autores que estudam política social, de que o investimento em saúde mental é despesa social porque, do ponto de vista econômico, é uma população que não é considerada produtiva. Então, para eles, assegurar tratamento para pessoas com psicose e das classes populares seria apenas despesa voltada mais para manter alguma legitimidade social. Isso é diferente, por exemplo, de investir em certas linhas de assistência psiquiátrica para recuperar um trabalhador produtivo. O próprio SUS é uma tentativa de ir na direção contrária. É um sistema universal, em que todos têm direito à assistência de qualidade. Mas em vários municípios o SUS ainda é de má qualidade e o transtorno mental é a última prioridade. Os serviços mais substitutivos ao hospital psiquiátrico convencional, como os CAPS 3, implicam investir em um serviço mais caro, em que você precisa mobilizar e motivar

os trabalhadores. Também existe um estigma dos psiquiatras hoje contra a atenção psicossocial pública. Isso porque a Reforma Psiquiátrica questiona a formação médica tradicional. A maior parte dos cursos ainda hoje forma especialistas voltados para a atenção especializada, privada e mercantilizada, e não para uma atenção integral, complexa e interprofissional no SUS. Então, a psiquiatria tradicional vê as equipes de atenção psicossocial – em que o psiquiatra tem uma participação mais horizontal junto com outros profissionais – com forte estigma e resistência. É um dilema: temos vários CAPs, inclusive CAPs 3, em que há poucos profissionais psiquiatras disponíveis para trabalhar. Se não fossem nossas residências em saúde mental, nas quais de alguma forma nós reaproximamos os psiquiatras recém-formados de nosso modelo, essa realidade seria muito mais dramática. Fora das capitais, nas cidades do interior, ter psiquiatras para um serviço aberto 24 horas é o maior desafio.

Em entrevista à Folha, o ministro Marcelo Castro deu a seguinte declaração: “Psiquiatria é uma ciência. Hoje existe (sic.) na psiquiatria dois grupos se digladiando e isso não é bom para a saúde mental. Se há alguma coisa de novo que pode haver é um conteúdo mais científico da política”. Existe uma tentativa de deslegitimação com base em argumentos pretensamente científicos?

A saúde mental é complexa e exige o esforço de vários campos de conhecimento e seus respectivos paradigmas. Eu diria que quando o ministro da Saúde fala isso, ele estava querendo dizer: só o modelo biomédico seria considerado ciência. E nós temos que desconstruir isso. Desde o século 19, que enfatizou esse modelo positivista de ciência, assistimos à emergência de outros modelos científicos, com ênfase mais interpretativa e compreensiva, como a própria psicanálise. E tudo isso incidiu sobre a psicopatologia e o tratamento dos transtornos, tanto os mais leves, como as neuroses, quanto os mais graves, como as psicoses. Então, quando o ministro fala em discurso “científico”, ele está falando de um único modelo, o biomédico, centrado no paradigma da verificabilidade experimental, clínica e epidemiológica. E a Reforma Psiquiátrica não reconhece esse como o único modelo possível e desejável. Inclusive, o SUS se baseia na ideia de integralidade do cuidado, reconhecendo que a saúde está associada a outras necessidades diferentes, no plano das condições sociais e sanitárias de vida, de trabalho, de educação, de atividades culturais, que estão interligadas e que o não atendimento a essas necessidades também se expressa no estresse, no transtorno. Por exemplo, os estudos de depressão em mulheres mostram uma alta correlação com pobreza, perda de laços relacionais, migração. As novas descobertas da epigenética e da neurociência estão mostrando que aquilo que o modelo biomédico tradicional pensava ser a essência estruturante e determinante dos fenômenos mentais é apenas a base somática de fenômenos muito mais complexos e interligados. O cérebro, na verdade, interage com as condições existenciais, sociais e culturais de vida. A estrutura neuroquímica e fisiológica do cérebro se desenvolve também a partir de práticas sociais. Se você diminui o investimento no cuidado e o estímulo sociocultural em crianças, o cérebro também regride. Os taxistas com anos de prática acabam com a área do cérebro de raciocínio espacial maiores e mais desenvolvidas. Então, hoje está muito claro que esse modelo tradicional da biomedicina tem seu campo de validade, mas precisa ser complementado por outros modelos que têm outras regras de validade científi-

ca. Entretanto, mesmo o modelo epidemiológico clássico, quando se abre para fenômenos mais complexos, mostra que a atenção psicossocial tem efetividade. Existem estudos, tanto internacionais quanto brasileiros, que mostram que a atenção psicossocial reduz o número de internações, aumenta a qualidade de vida, produz mais satisfação nos usuários e seus familiares, produz o que os norte-americanos e anglo-saxões chamam de *recovery*, que é o perfil de recuperação de uma vida mais ativa, com níveis mais elevados de sociabilidade e participação na sociedade do que os métodos tradicionais da psiquiatria biomédica. Do ponto de vista econômico, a atenção psicossocial tem um custo benefício muito maior do que os métodos tradicionais.

Quais as principais características desse modelo de atenção psicossocial?

No modelo da atenção psicossocial buscamos olhar integralmente para o usuário, sua família e seu projeto de vida. O hospital psiquiátrico convencional reduzia o usuário a poucas necessidades físicas: alimentação e medicação. Ele não tinha nenhuma outra atividade, ficava internado naqueles grandes terreiros fechados, com perda da dimensão de futuro, e normalmente morria de doenças infectocontagiosas, dadas as más condições de vida e higiene, e o nível de depressão que sua situação gerava. Na atenção psicossocial você reconhece que o usuário tem outras necessidades, além do próprio tratamento psicológico e psiquiátrico. Ele quer ter vínculo social, quer ter acesso à educação, à cultura, quer participar da sociedade, quer trabalhar. Você reconhece que os familiares também precisam de cuidados. Os familiares vivem uma carga enorme do cuidado, que geralmente recai sobre as mulheres, que sacrificam

seus projetos de vida para cuidar, o que revela que o campo também é atravessado pela dimensão e pelas lutas de gênero. O modelo biomédico não leva nada disso em consideração. O médico faz a sua intervenção, o diagnóstico e a medicação, e ‘entrega’ o ‘paciente’ para os outros profissionais como se, a partir dali, não tivesse mais a ver com ele. É importante dizer que a atenção psicossocial tem o respaldo da OMS [Organização Mundial da Saúde], que reconhece a experiência brasileira como uma das mais avançadas entre os grandes países, em termos de construir uma política nacional com instrumentos normativos em um sistema de saúde único e universal. O Brasil tem uma experiência de ponta. Um retrocesso aqui significa também uma regressão da experiência mundial, já que o Brasil inspira vários outros países.

Antes da crise da nomeação, já havia alguns desvios ou inflexões importantes na política de saúde mental, com o lançamento do Programa 'Crack, é possível vencer'. Em agosto de 2015, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), ligado ao Ministério da Justiça, regulamentou as comunidades terapêuticas (CTs) como parte da “rede de cuidados” com amplo financiamento público...

Já na portaria da RAPS [Rede de Atenção Psicossocial], a própria Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde recebeu ordens “superiores” de inserir a comunidade terapêutica como um dos serviços da rede. Contudo, ao normatizar isso, como uma forma de resistência, criou portarias com um número grande de exigências, às quais as comunidades terapêuticas não puderam responder. Então, a imposição do governo se deslocou para a Senad [Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas], forçando o financiamento das CTs com recursos do Ministério da Justiça. Hoje não só a Justiça financia, mas também a Assistência Social e, no nível municipal, também a pasta da Saúde. Acredito que o setor público tem que fazer uma opção clara pela constituição de uma rede assistencial republicana e laica. Investir intensamente nisso. Sou contra o financiamento público das comunidades terapêuticas. Mas temos que reconhecer que o fenômeno é mais complexo e precisa ser regulado.

Complexo em que sentido?

A saúde entrou muito tardiamente na área de álcool e drogas. O marco é a 3ª Conferência, em 2001, e vamos dizer que o financiamento e a emergência dos primeiros CAPs-AD [Álcool e Drogas] se deu a partir de 2003. A essa altura, já se tinha uma conjuntura de difusão do crack no país. Eu não concordo com essa noção de epidemia [de crack] passada pelas forças conservadoras do país, e as pesquisas acabaram mostrando ser um fenômeno mais limitado. Contudo, mesmo sem a dimensão epidêmica que a imprensa noticiou de forma alarmante, o crack coloca novos desafios. É mais complexo do que as antigas formas de consumo de cocaína e do próprio álcool. De qualquer forma, ainda não tínhamos uma rede de atenção psicossocial capaz de sustentar o cuidado nessa área. A ausência dessa rede permitiu o fomento das CTs. Há uma real desassistência aí. A área religiosa já investe em modelos que se inspiram em tratamentos do abuso de álcool do tipo moral, como o AA [Alcoólicos Anônimos], e existem estudos que mostram uma certa eficácia disso. O modelo de CT é, inclusive, anterior à própria psiquiatria. Ao longo da história humana foram criados muitos dispositivos religiosos de eficácia simbólica para lidar com as situações de crise na existência, de doenças, etc. O que aconteceu

na era republicana? Ela, por um lado, promoveu um tratamento moral, mas laico, que possibilitou o nascimento da psiquiatria dita científica, mas por outro também reconheceu a cidadania potencial das pessoas identificadas como loucas, que poderiam “retomar a razão” e o controle moral de suas vidas. O momento atual de crise das políticas neoliberais implica a retração da assistência laica e republicana e, a partir daí, esses movimentos de CT tendem a crescer. Temos que reconhecer que, por exemplo, nas favelas e comunidades pobres do Rio, quem efetivamente oferece alguma forma de cuidado e suporte social para boa parte da população que vive lá, com pouquíssimos serviços de saúde, são as igrejas. Muitas famílias não evangélicas acabam procurando estas igrejas como uma estratégia de tentar a recuperação de algum de seus membros que usa drogas. As CTs vão ter alguma eficácia para uma parcela da população que se adapta ao modelo da abstinência total. Mas é um modelo que utiliza a internação mais prolongada e segregada da vida social e, portanto, com características manicomial. Além disso, abarca apenas uma parcela da população usuária de drogas, pois não trabalha com redução de danos. Tem uma larga parcela desta população que não se ajusta ao modelo da abstinência. Outra questão: por ser a CT fortemente baseada na experiência de conversão religiosa, quando o cliente tem recaídas ou transgride as regras, tende a fazer uso de medidas autoritárias. Daí, as violações dos direitos humanos, como o isolamento e os trabalhos forçados, que é um tipo de prática manicomial. Isso aponta para a importância de fiscalizar e regulamentar estas práticas, pois a falta de regulação só interessa às próprias CTs. ●

Lógica mosquito cêntrica

A estratégia do combate químico ao *Aedes aegypti* adotada nacionalmente há 20 anos se mantém na emergência da zika mesmo sem resultados positivos para mostrar

— Máira Mathias

“Um país não pode ser derrotado por um mosquito”, Brasil, 1996. “Um mosquito não é mais forte que um país inteiro”, Brasil, 2016.

Não fossem os 20 anos que as separam, se poderia supor que essas frases foram ditas no mesmo contexto, movidas por um mesmo problema. Nada mais falso. Nada mais verdadeiro. Quando a primeira delas foi empregada, o objetivo era mobilizar a população contra a crescente onda de epidemias de dengue que tomava o território nacional. Apesar de a doença, àquela altura, estar instalada por aqui há mais de dez anos, o chamado quase cívico preparava a narrativa que faria parte da vida dos brasileiros até hoje: estamos em guerra. Contra um mosquito.

O inseto em questão é o *Aedes aegypti*, um velho conhecido que no começo do século passado foi o vetor responsável pela propagação da febre amarela e, no início deste, porta os vírus da dengue, chikungunya e zika. O que vem sendo chamado de tríplice epidemia ligou a sirene e dirigiu os holofotes do mundo para o Brasil, a partir de um fenômeno que tem sido caracterizado como uma das maiores tragédias recentes na Saúde Pública: a multiplicação de casos de microcefalia. É nesse contexto que, mais uma vez, o mosquito se transforma em inimigo nacional e, por obra dessa narrativa, monopoliza todas as atenções, não deixando muito espaço para avaliações alternativas. “Parece óbvio que precisamos fazer a seguinte pergunta: onde erramos?”, questiona o engenheiro ambiental André Monteiro, da Fiocruz Pernambuco. Para começar a responder a pergunta, é preciso voltar ao início da matéria para perceber que, apesar de décadas de mudanças, uma coisa continua igual (e ineficaz): a estratégia.

Com o foco no mosquito

Há 20 anos consecutivos, o governo federal tem liderado o esforço para combater o *Aedes aegypti* no Brasil. Isso aconteceu por causa da dengue. A doença foi reintroduzida no país em 1976. Mas eram casos esparsos. A primeira grande epidemia ocorreu cinco anos depois em Boa Vista (RR), com 12 mil casos comprovados. Em 1986, o contágio se estendeu a enormes proporções no Rio de Janeiro: estima-se que 500 mil pessoas tenham sido infectadas. Desde então, a dengue ia embora, mas sempre voltava. Até que ficou de vez. A doença se tornou endêmica na década de 2000, quando todos os estados brasileiros começaram a registrar transmissão contínua. Em 2015, bateu recorde de casos notificados, chegando a 1,64 milhão. No ano passado, a dengue também matou mais do que nunca: foram 863 óbitos.

“Esse modelo centrado exclusivamente no combate ao mosquito não impediu a dispersão do *Aedes* no território nacional. Não impediu que a dengue se tornasse endêmica no Brasil. E não impediu que uma doença que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considerava benigna alcançasse o grau de mortalidade que vemos hoje”, resume Lia Giraldo, professora da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisadora aposentada da Fiocruz. A médica vem, desde 1998, tentando pautar uma revisão na estratégia federal. Isso porque o que se poderia chamar de ‘modelo mosquitocêntrico’ é norteado por uma lógica que delimita e embasa a ação pública em torno do controle químico do *Aedes aegypti*.

A discussão é atual porque ao decretar, em novembro de 2015, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – algo que não acontecia desde a gripe espanhola, em 1917 –, o governo colocou em marcha muitas das engrenagens presentes no enfrentamento de epidemias de dengue. Como em surtos anteriores, quando as ações precisaram ser intensificadas, os agentes de combate às endemias receberam o reforço de bombeiros e soldados. As Forças Armadas disponibilizaram 220 mil militares que estão visitando domicílios e proprie-

dades junto com as equipes de vigilância em saúde dos estados e municípios. O método de trabalho é basicamente realizar a inspeção visual para detectar larvas e pupas do mosquito. Uma vez localizado o criadouro, entra em cena a intervenção tradicional: aplicação de larvicida químico nos reservatórios de água domésticos e públicos. O fumacê, método de fumigação de inseticida para matar mosquitos adultos, também voltou a circular com maior frequência.

“Como a microcefalia foi ligada ao zika e à transmissão do vírus imputada ao *Aedes*, o governo tem à mão o modelo de controle vetorial da dengue. Só que esse ‘remédio’ é a mesmice que não evitou nenhuma epidemia de dengue. Eles anunciam que o problema é o mosquito. Mas se não resolveram o problema do mosquito para a dengue, como é que agora vai dar certo para zika e chikungunya?”, questiona Lia.

Além do controle químico, o governo tem reunido esforços no apelo ao cuidado individual. Indicativo disso são os motes da atual campanha disseminada intensamente em todo o território nacional para fazer frente à zika: “sábado de faxina – não dê folga ao mosquito da dengue” e “15 minutos são o suficiente para manter o ambiente limpo”. Mas, nos alagados, onde as pessoas moram em palafitas, nas periferias dos centros urbanos, onde o esgoto corre a céu aberto, nas favelas, onde o lixo se acumula no meio da rua, e no interior do nordeste, onde milhares de famílias sofrem continuamente a falta de água – para ficar em alguns exemplos –, é difícil pensar em uma faxina que dê conta de tais mazelas.

Diante disso, dezenas de pesquisadores articulados na Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) tentam colocar o saneamento básico, a reforma urbana e o enfrentamento das desigualdades socioambientais no centro de um debate que tem se resumido a veneno e vacina. “O Brasil é um país que quer ser potência mundial, mas esquece do saneamento e da moradia saudável. Sempre opta



por puxadinhos e nunca faz a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma sanitária”, pontua o epidemiologista Fernando Carneiro, pesquisador da Fiocruz Ceará. “São questões estruturantes. Um bom exemplo é a tuberculose. Trata-se de uma doença que tem vacina e antibiótico. Foi extinta? Longe disso. Continua ocorrendo e cada vez em formas mais graves. Isso acontece porque nem vacina, nem antibiótico sozinhos deram conta das péssimas condições em que vivem as pessoas”, ilustra Lia.

Além disso, especialistas de vários matizes alertam para a insustentabilidade do modelo de controle químico. Isso porque a confiança exagerada no uso de inseticidas nos mosquitos pode ter contribuído – e muito – para a manutenção dos altos níveis de infestação do *Aedes* país afora. Os venenos também se tornam inócuos com o passar do tempo, já que os insetos desenvolvem resistência, e fazem mal à saúde humana e ao meio ambiente. Por fim, a verticalidade da política federal tem contribuído para lançar uma cortina de fumaça em torno de alternativas eficazes, adotadas em vários países e mesmo em municípios que, partindo de outras abordagens, têm obtido sucesso no controle e monitoramento do mosquito.

Saneamento saiu da agenda

“A saúde pública perdeu a perspectiva das transformações do meio urbano para controlar grandes epidemias”, acredita André Monteiro. O engenheiro ambiental conta que, com a descoberta dos agentes patogênicos das doenças, o foco da Saúde Pública foi se restringindo ao desenvolvimento de vacinas e antibióticos para combater vírus e bactérias e à compra de venenos para matar os insetos vetores das doenças. Foi no contexto do *boom* da indústria química, pós-Segunda Guerra Mundial, que esses produtos começaram a ser amplamente comercializados. Na agricultura, a matança de pragas ficou conhecida como “revolução verde”. Na saúde pública, essas formulações foram aproveitadas para controlar vetores.

Mesmo assim, até os anos 1950, o Ministério da Saúde (MS) desenvolvia ações de abastecimento de água e drenagem com o objetivo de controlar doenças. A coisa mudou de figura nas décadas seguintes, quando a estratégia foi se deslocando das ações estruturantes para o controle químico dos insetos transmissores de doenças como malária e esquistossomose “que até hoje não foram erradicadas”, sublinha André Monteiro. A partir de 1970, com a criação da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) – órgão do MS para controle de endemias –, veio a radicalização: “Para controle da doença de Chagas, por exemplo, a Sucam dava de seis em seis meses um banho de veneno nas casas, quando passar um reboco cobrindo os buracos resolveria o problema”, conta.

Seguindo lógica parecida, em dezembro de 2015, o ministro da Saúde, Marcelo Castro, disse que a aplicação de larvicida diretamente nos carros-pipa que abastecem cidades nordestinas seria “a principal ação” da pasta dali em diante. A justificativa dada foi a “necessidade” de

“prevenir” que a água distribuída, acondicionada em vasilhas e outros recipientes pela população, se transformasse em foco do mosquito. “Isso é um absurdo. No Nordeste, vivemos um processo contínuo de falta de água. A população não estoca água porque quer. Se o foco não fosse o mosquito, mas as condições que possibilitam o surgimento dos criadouros, o conceito de potabilidade seria fundamental para recuperar nas pessoas a consciência da proteção da água. Permitiria o envolvimento mais proativo da população a partir de algo que é caro a todos nós”, pontua Lia Giraldo.

“Apesar de a Constituição ter assegurado a competência do SUS para participar da formulação e execução das políticas e ações de saneamento, isso definitivamente não faz parte da agenda do Ministério da Saúde para o enfrentamento das doenças endêmicas”, situa André Monteiro. Lia Giraldo lembra que apesar de, em 1996, o paradigma do Ministério da Saúde ter sido o improvável desaparecimento do mosquito em território nacional, o Programa de Erradicação do *Aedes aegypti*, criado naquele ano, tinha na sua primeira versão um “forte” componente de saneamento. “Mas o Ministério da Saúde foi deixando o tema de lado”, diz. Em 2002, o órgão reconheceu que a meta de eliminar o mosquito não era factível. Na esteira de uma grande epidemia, foi lançado o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNDC), vigente até hoje.

“Já conversei com gestores estaduais que admitem que d a s

dez ações preconizadas pelo Programa, a única que não falha é o controle químico. Essa é a real prioridade. As outras nove, deixa rolar”, revela Fernando Carneiro. “Durante sua primeira década, o maior investimento do Programa foi em controle químico. Depois, a assistência ao paciente foi assumindo algum peso”, afirma, por sua vez, Solange Laurentino, professora da UFPE e especialista no PNDC. Ela também fala por experiência própria: foi secretária de saúde de Glória do Goitá, cidadezinha da zona da mata pernambucana. “Lá só chegavam os venenos. Quando perguntávamos pelas ações de saneamento, diziam que era de longo prazo”, lembra.

Biologicamente robusto

A pecha de inimigo público do *Aedes* tende a bloquear informações importantes, que não cabem em frases de efeito. Por trás das linhas inimigas, existe um organismo que alcançou notáveis conquistas evolutivas. “O mosquito é muito robusto do ponto de vista biológico”, reconhece Lia Giraldo. Nas últimas décadas, cientistas verificaram no mundo inteiro uma grande expansão das fronteiras de ocupação do *Aedes aegypti*. “A espécie foi se espalhando, conquistando e se estabelecendo em novos territórios”, resume a entomologista Lêda Regis, pesquisadora aposentada da Fiocruz Pernambuco. Vários fatores determinaram a dispersão. Para os cientistas, o palpito mais certo é que a elevação das temperaturas no mundo tenha favorecido as populações de *Aedes*. Outro fenômeno contemporâneo, o aumento das viagens, se encarregou de espalhar o mosquito pelos quatro cantos do planeta. “O sucesso dessa espécie se deu graças ao desenvolvimento de ovos muito resistentes que são facilmente transportados de um lugar a outro. É assim que o *Aedes* conquista territórios e sobrevive em condições adversas”, pontua Lêda.

Ao contrário do pernilongo, que deposita seus ovos na água, a fêmea *Aedes* espalha os seus por toda parte: pneus, garrafas, telhados, cisternas. “São ovos que ficam encistados no ambiente por até um ano. Passa tempo, vem uma água e o ovo eclode”, explica Lia. “Essas características são extremamente importantes para entender a dificuldade de controle das populações do mosquito”, completa Lêda.

Ao mesmo tempo em que governos e agricultores começaram a comprar anualmente toneladas de pesticidas, a comunidade científica passou a difundir pesquisas que demonstravam que os insetos e pragas eram capazes de se adaptar, desenvolvendo resistência aos venenos. “O uso de produtos tóxicos não seletivos como inseticida continua sendo o maior equívoco da humanidade para lidar com insetos”, garante Lêda Regis.

A Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde organizou em fevereiro um evento internacional em que se debateram “novas alternativas” para o controle do *Aedes aegypti* no Brasil. Apesar da admissão de que “os métodos atuais de controle de vetores não estão sendo suficientes para impactar tanto na população de mosquitos como na redução da incidência de agravos”, como afirmou o ex-ministro da Saúde e atual secretário-executivo do órgão, Agenor Álvares, dentre as ‘novidades’ discutidas, destacava-se o uso de inseticida. “Quando se usa um inseticida numa população de mosquitos, a maioria dos indivíduos morre. Mas não todos. Esses sobreviventes são portadores de um gene que lhes confere resistência, um mecanismo fisiológico de defesa contra o produto, que é passado através das gerações. Chega um momento em que toda a população é resistente e o produto se torna inócuo”, explica Lêda. Ela afirma ainda que, nas últimas décadas, os dois métodos mais usados pelos governos no Brasil – larvicida e fumacê – eram produtos da mesma categoria, organofosforados, e se somaram para acelerar o desenvolvimento da resistência.



A polêmica do larvicida

O primeiro uso documentado de larvicida para controle químico de vetor na Saúde Pública remonta a 1968, quando o *temephós* foi introduzido no nordeste. A partir de então, a aplicação de larvicida na água potável armazenada nos reservatórios domésticos e públicos se tornou corriqueira. Desde 2000, sabia-se que as populações de *Aedes* haviam desenvolvido resistência ao produto, conta Lêda. No Brasil, os estudos pioneiros partiram da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e do Departamento de Entomologia da Fiocruz Pernambuco. “Inegavelmente, indubitavelmente, comprovadamente, inquestionavelmente as populações de *Aedes* se tornaram resistentes ao organofosforado que se utilizou durante anos e anos e anos. E se continuou utilizando”, denuncia. Depois do *temephós*, o Ministério da Saúde utilizou as substâncias *diflubenzuron* e *novaluron*. Desde 2014, o Brasil usa um produto a base de piriproxifeno, pesticida classificado como regulador do crescimento de insetos (IGR, na sigla em inglês). Comercializado como SumiLarv, o produto é patenteado pela empresa Sumitomo Chemical, com sede no Japão.

Um relatório da entidade argentina Rede Nacional de Médicos de Povos Fumigados (Reduas) pautou uma semana de intensos debates sobre o uso de venenos na água que a população consome. E alcançou um feito inédito na história brasileira: uma reação em nível estadual. O anúncio foi feito em pleno Dia D de Combate ao Mosquito, 13 de fevereiro, pelo secretário estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, João Gabbardo Reis, que decidiu suspender temporariamente a aplicação do *piriproxifeno* na água destinada ao consumo humano. A decisão ganhou peso porque Gabbardo atualmente preside o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), entidade que representa as pastas estaduais na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). “Decidimos suspender até que se tenha uma posição do Ministério da Saúde”, provocou o secretário.

O Ministério não tardou a se posicionar. “Isso é um boato. Isso é desprovido de qualquer lógica e sentido. Não tem nenhum fundamento. O nosso [larvicida] é aprovado pela Anvisa e usado no mundo inteiro. *Pyriproxifen* [nome em inglês] é reconhecido por todas as agências de regulação do mundo inteiro”, declarou Marcelo Castro, durante a mobilização em Salvador. No epicentro da polêmica, em Porto Alegre, o secretário de Atenção à Saúde do MS, Alberto Beltrame, vaticinou: “Acredito que a Secretaria deverá rever a posição em breve porque o Ministério da Saúde está respaldado pela Organização Mundial da Saúde, que garante a segurança do produto para consumo humano”.

A Organização Mundial da Saúde, de fato, aprova o uso do produto na água potável. Mas uma leitura atenta do documento elaborado pelo organismo internacional mostra que estudos com ratos e cachorros apontam que a substância pode sobrecarregar o fígado e causar anemia leve. Em ratos que entraram em contato com o piriproxifeno por um tempo maior, os cientistas observaram aumento de amiloidose renal, uma condição que pode evoluir para insuficiência renal crônica. No mais, a própria OMS afirma que por, ser um pesticida novo, poucos dados da sua interação com o ambiente foram coletados para a análise. Respaldada na OMS, a empresa recomenda a aplicação da substância em lagos, mares, piscinas, valas, reservatórios, vasilhas, tudo. “É extremamente importante aplicar os larvicidas de mosquitos em água potável”, reforça o folheto da Sumitomo que divulga o produto. Mas, segundo Lia Giraldo, não faz sentido aplicar o adjetivo “potável” nesse contexto: “Se a água tem larva, ela não é mais potável, certo? Pois é, se tem larvicida também não”. Alexandre Pessoa, engenheiro sanitário e professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), ressalta que também não se está atentando para os possíveis efeitos sinérgicos desse produto químico quando entra em contato com o cloro residual que, segundo os padrões técnicos, está necessariamente presente na água potável.

Soma-se a isso o fato de que no Brasil, pelo menos desde a década de 1990, a aplicação de larvicidas em locais como cisternas e caixas d’água segue uma curiosa contabilidade: a quantidade de produto a ser colocado leva em consideração o tamanho do recipiente e não o volume de água presente. Se estiver cheia, pela metade ou quase vazia de água, o total de veneno é o mesmo. “Durante a estiagem, quando esses recipientes ficam quase vazios, a água com larvicida se torna praticamente um concentrado dessa substância”, observa Alexandre.

O apelo do fumacê

A aplicação espacial de inseticidas, popularmente conhecida como fumacê, também vem sendo usada há décadas para controle de vetores no país. “Há diversos estudos que mostram que o inseticida aplicado nas ruas não tem nenhum impacto sobre a população de mosquitos. Vai matar alguns que estejam voando naquela ocasião, naquela área. E pronto”, diz Lêda. Isso porque, segundo a entomologista, não adianta atingir 10%, 20% ou mesmo 50% dos mosquitos. “A população tem uma estratégia baseada no crescimento extenso e se repõe rapidamente”, relembra.

Do ponto de vista da gestão do SUS, os impactos práticos da estratégia são inversamente proporcionais ao apelo que o produto tem para a população, que frequentemente cobra dos governos a intensificação do uso do fumacê. “A aplicação química traz para a comunidade a ilusão de que as autoridades estão fazendo alguma coisa. É um efeito perverso, pois dá a falsa sensação de que o problema está sendo resolvido, quando, na verdade, está sendo ampliado”, avalia o médico Carlos Eduardo Abrahão, que coordenou durante dez anos a Vigilância em Saúde de Campinas. “O fumacê é o grito do desespero. É a denúncia de que tudo o mais falhou, e aí tem mosquito alado, voando. E a população, mal informada, pede fumacê”, atesta Jurandi Frutuoso, secretário-executivo do Conass, ex-secretário estadual de Saúde do Ceará.

Dos cinco inseticidas aprovados pela OMS, usados pelo Ministério da Saúde, o *Aedes* que circula no Brasil já é imune a quatro: deltametrina, lambda-cialotrina, permetrina e transcifenotrina. O único que continua funcionando é o malathion. Por isso, desde 2014, o Ministério da Saúde voltou a usar o produto no país. Acontece que o malathion é um agrotóxico organofosforado que, em março de 2015, foi considerado pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) como potencialmente cancerígeno para seres humanos. Ele recebeu a mesma classificação do glifosato, herbicida mais usado no mundo. Além disso, o malathion – como os demais inseticidas – também é neurotóxico. Ou seja, afeta o sistema nervoso central e periférico, e pode provocar náusea, vômito, diarreia, dificuldade respiratória e fraqueza muscular. Segundo a Abrasco, tais efeitos permanecem na concentração de 30% do malathion diluído em água, fórmula atual do fumacê.

Riscos à saúde

Seja por sua baixa eficácia em diminuir a quantidade de mosquito, seja por expor a população a situações de risco que não são sequer avaliadas, cresce em parte da comunidade científica a certeza de que o modelo de controle químico é insustentável. Carlos Abrahão explica que os produtos químicos, como larvicida e adulticida, têm efeitos de longo prazo no organismo humano que costumam passar despercebidos. “A relação de causalidade se perde, já que os efeitos da exposição contínua aos produtos não são investigados pelos serviços de saúde”, diz. Tampouco as consequências mais imediatas do contato com os pesticidas entram nas rotinas dos serviços. “Essas aplicações químicas que o governo federal e os governos dos estados impõem à comunidade, fazendo com que um aplicador paramentado e protegido aplique o veneno em pessoas completamente desprotegidas, é um massacre em populações geralmente pobres e vulneráveis. E pior: a saúde pública não vai fazer um acompanhamento depois da aplicação química para saber o que ela desencadeou”.

Tomando como base o início da aplicação do temephós, em 1968, Lia Giraldo alerta: “Quase 50 anos depois, os danos ao meio ambiente e à saúde humana decorrentes do uso de produtos químicos no controle vetorial ainda não foram devidamente investigados. Tampouco a população é informada com transparência sobre os possíveis agravos que acompanham o larvicida e o fumacê”. E completa: “As campanhas de combate à dengue e, agora, à zika e chikungunya, dizem com todas as letras que o elo mais vulnerável na cadeia de transmissão é o mosquito. Mas o elo vulnerável somos nós. O mosquito vem demonstrando bastante resistência a essa abordagem”.

Estratégias alternativas

Em uma recente conferência a distância promovida pelo governo norte-americano, o coordenador da Vigilância em Saúde do MS, Claudio Maierovitch, afirmou que “o esforço nacional baseado na estratégia de luta contra o mosquito é a única coisa que pode ser feita para prevenir novos casos de microcefalia” e que, nesse sentido, o país “está fazendo campanhas para advertir dos riscos da multiplicação de criadouros, eliminar todos os objetos que possam acumular água limpa”. A busca dos

criadouros é o eixo da metodologia adotada pelo PNDC. Eles são o termômetro usado pelo Levantamento de Índice Rápido de *Aedes aegypti* (LIRAA), método de monitoramento criado pelo PNDC que mede a infestação do mosquito.

De acordo com Lêda, o discurso oficial não tem dito que países como Austrália e Cingapura, frequentemente mencionados pelo próprio Ministério da Saúde como exemplos a serem seguidos,

Os trabalhadores da vigilância em saúde estão realmente seguros? De acordo com André Búrigo, professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz, há trabalhadores que atuam no combate de vetores que completaram mais de três décadas de “exposição a diferentes agentes tóxicos que podem inclusive ter efeito acumulativo”. Alguns desses relatos foram coletados em sala de aula, durante o curso de qualificação profissional em Vigilância em Saúde Ambiental no Rio de Janeiro oferecido pela Escola. “Segundo os alunos, que são trabalhadores, nunca foi oferecida qualquer capacitação que abordasse os riscos que esses produtos oferecem, o que a literatura científica diz sobre os impactos tóxicos desses princípios ativos, os diferentes tipos de exposição, o uso adequado do Equipamento de Proteção Individual, locais e formas adequadas para o armazenamento desses produtos”. André avalia que faltam mecanismos de acompanhamento da saúde desses profissionais. “Em um contexto onde muitas pessoas estão sendo mobilizadas a manipular produtos tóxicos – de militares a agentes comunitários de saúde –, é muito grave que o Ministério da Saúde não tenha sequer publicado orientações claras sobre os possíveis efeitos dos produtos. Trata-se de uma irresponsabilidade sanitária, de negligência e banalização dos riscos”.



adotaram um caminho diferente. “Está cada dia mais claro para a comunidade científica que procurar os criadouros é ineficiente pela facilidade com que a fêmea espalha os ovos no ambiente, pela resistência desses ovos. Está cada dia mais claro que a forma mais eficaz de lidar com o *Aedes* é através do uso de armadilhas”, defende. As armadilhas, conhecidas como ovitrampas, são usadas desde a década de 1960 como alternativas para o monitoramento e controle de populações de *Aedes*.

“O LIRAA se baseia na visita domiciliar, na inspeção visual para detectar focos e, a partir daí, categoriza se a residência está positiva ou não. Reunindo todos os positivos, ele gera um índice de infestação. O ovitrampa é diferente. Você tem uma armadilha, que pode ser uma garrafa. Vem um agente de endemias, recolhe o recipiente, leva para o laboratório de entomologia do município, que no microscópio sabe se foi um *Aedes* ou outra espécie. Você tem uma análise qualitativa do tipo de mosquito que está circulando. E essa análise também provém informações quantitativas. A partir da contagem, dá para saber se foram 200 ovos ou 20, ter uma ideia exata da intensidade da infestação. Além de ser uma excelente forma de saber o que está acontecendo no território, é também uma forma de medir o impacto do trabalho da vigilância”, detalha Fernando Carneiro.

No que diz respeito ao controle, o princípio é o mesmo: atrair a fêmea, matar as larvas. “Aí, sim, se coloca larvicida. Mas larvicida biológico”, sublinha Lêda, que ensina que quando se ouve o termo “químico” aplicado a inseticidas, devemos pensar em um produto feito com moléculas tóxicas, em geral sintéticas, nocivo para todas as espécies animais. Incluindo, nós, humanos. Na avaliação da entomologista, o larvicida biológico é o que de melhor a ciência conseguiu desenvolver até hoje. O produto é baseado na bactéria *Bacillus thuringiensis israelensis* (BTI), que produz um conjunto de proteínas que são transformadas em toxinas

no intestino da larva do mosquito. Não há registro de impacto em outras populações animais. “É um larvicida seletivo, que não tem risco de causar resistência e não é tóxico para o homem”, elogia. A OMS preconiza o biolarvicida como o mecanismo mais eficaz de ação contra o inseto. “É usado há décadas em vários países, como a Alemanha. Mas, no Brasil, por causa da cultura do inseticida de síntese e, possivelmente, da pressão da indústria desses produtos, há muita resistência”.

Experiências locais

Não faltam no Brasil amostras do impacto do uso das armadilhas e de outras estratégias que não prejudicam o meio ambiente e a saúde humana. Resultados de pesquisas ou da ousadia dos gestores locais, essas experiências são sistematicamente invisibilizadas diante do paradigma nacional do controle químico.

Santa Cruz do Capibaribe (PE) é um desses exemplos. O município localizado no semiárido nordestino tem 80 mil habitantes. Lá, entre 2008 e 2011, foram usadas sete mil armadilhas para monitoramento e controle do mosquito. “Em um ano, conseguimos eliminar mais de 7,5 milhões de ovos, provocando uma redução de 90% na população de *Aedes*”, comemora Lêda Régis, que coordenou a experiência. As armadilhas de controle não poderiam ser mais simples: garrafas PET pintadas de preto, revestidas internamente por um tecido de algodão, onde a fêmea depositava os ovos. Tidos como vilões, os recipientes plásticos foram importantes para a participação da comunidade: a produção das armadilhas envolveu escolas e voluntários.

As armadilhas permaneceram instaladas em domicílios ao longo de dois anos. O morador precisava concordar com a instalação. “Para isso, os agentes precisaram se apropriar do processo, explicar para a população a lógica do controle do mosquito, o que envolveu ainda mais as pessoas. Todos aderiram”, conta Lêda. Mensalmente, os agentes de endemias visitavam as casas para checar as garrafas e a cada dois meses, substituíam o tecido e encaminhavam a amostra com os ovos para incineração. Eles também recolocavam o inseticida biológico nas armadilhas. Na medida em que os ciclos foram avançando, a contagem mostrou que a postura dos ovos foi diminuindo. Na primeira foram 2,2 milhões de ovos e na última 300 mil. Cada ovitrampa de controle custou R\$ 0,97. O custo total das 5,68 mil armadilhas, foi de R\$ 5,5 mil reais.

Outra tática de controle, desta vez dirigida aos mosquitos adultos, foi o uso de aspiradores. Em 47 ciclos, feitos somente nas unidades de saúde do município, 3,2 mil mosquitos foram aspirados, dos quais 62% eram fêmeas. Com a mudança de gestão, não houve continuidade. “Foi um trabalho muito bonito, assumido pela prefeitura, por toda a equipe. Utilizamos tecnologia de informação, com análise espacial e produção mensal de mapa de distribuição, os agentes de saúde discutiam. Eles se envolveram muito, começaram a ver resultados concretos do trabalho”, relembra a entomologista.

“Há dez anos, os agentes de endemias cobram uma mudança, uma estratégia diferente, algo que realmente cause resultado”, emenda Ademária Rosa, secretária municipal de Saúde de Tauá. Localizada no interior do Ceará, a cidade decidiu ser um laboratório para políticas alternativas ao controle químico. Além da motivação das



Muito além de matar mosquitos

Como bem poderia dizer o ditado: ‘em terra que está em guerra contra mosquito, trabalhador com um olho no território é rei’. Quem acompanha o noticiário, com certeza já se deparou com imagens que mostram profissionais completamente paramentados que parecem ter saído de algum enredo de ficção científica. Em consonância com a estratégia do Ministério da Saúde, replicada verticalmente nos estados e municípios, milhares de agentes de combate a endemias estão saindo às ruas com fumacê a tiracolo para matar o *Aedes*. No entanto, é preciso ter muito cuidado para não confundir essas atuações com o verdadeiro papel desses trabalhadores no SUS.

“Reduzir a atuação dos profissionais de nível médio da vigilância a ‘mata-mosquitos’ – uma das diversas denominações que eles já receberam ao longo da história – é muito revelador desta concepção monocausal de vigilância em saúde que, historicamente, tentamos disputar e transformar no campo da educação profissional em saúde”, aponta André Burigo, professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz. Isso porque, continua ele, ao colocar “recursos e energia em uma estratégia que já deu sinais claros de fracasso”, os governos deixam de investir em “estratégias capazes de construir as soluções”.

Assim, como a emergência da zika tem aflorado temas sensíveis que o país precisa debater, a partir da abordagem ‘mosquitocêntrica’ fica claro que é preciso, novamente, debater a profundidade da inserção do trabalhador técnico em saúde e, conseqüentemente, a importância do investimento em formação profissional com vistas ao fortalecimento do SUS, garantindo capacidade de respostas de fato estratégicas a problemas complexos e persistentes no território.

“Como aconteceu a ocupação do território?; é localizado em uma área baixa ou alta?; qual é o perfil daquela população?; é mais vulnerável?; tem migrantes, tem outros hábitos? Tudo isso vai implicando especificidades. E essa especificidade é que vai produzir mais ou menos mosquito. E outras doenças conjuntas. É esse olhar que vai dar suporte para o profissional agir. O território é pedagógico no sentido da formação, mas também no sentido da ação”, situa Maurício Monken, coordenador pedagógico do curso Técnico em Vigilância em Saúde e professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz. Por isso, explica ele, o grande diferencial do curso é a territorialização como atividade de trabalho de campo, que perpassa toda a formação e traduz os conhecimentos adquiridos em sala de aula para a concretude da realidade, conforme o modo de vida da população no território.

“Zika, chikungunya, dengue, febre amarela? Tudo isso é produzido por um vetor, cuja existência, por sua vez, é produzida conforme a dinâmica da sociedade. Por exemplo, também existem criadouros de mosquito nas classes média e alta e, aí sim, é a planta, o mau uso do quintal, da piscina. Em Maguinhos, favela do Rio de Janeiro, a questão não é a planta, mas o lixo, o abastecimento irregular de água que faz com que a população tenha que armazenar. Para diminuir a incidência das doenças e a infestação do vetor, precisa haver saneamento, melhores condições de vida e diminuição da desigualdade. O curso precisa dar essa visão contextualizada, ajudar o trabalhador a ver e entender que a coisa não é pontual, o que gera um aumento da massa crítica nessa área, e aumenta a pressão técnica e política visando a mudanças de procedimentos e ações”, explica Monken. A EPSJV/Fiocruz foi referência para o desenvolvimento do currículo nacional do Curso Técnico em Vigilância em Saúde no âmbito do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps).

equipes, a prefeitura resolveu mudar depois de comparar os impactos dos gastos da vigilância. A matemática é simples: Tauá investe R\$ 130 mil por mês para manter toda a vigilância em saúde funcionando. Esses recursos pagam 46 agentes de combate a endemias, além de gastos com transporte, material, uniforme, equipamentos de proteção individual, etc. Na outra ponta, o Ministério da Saúde desembolsa mensalmente o equivalente a R\$ 100 mil para custear uma única ação: controle químico. Já o repasse mais estruturante para a vigilância do município é de apenas R\$ 27 mil. “O Ministério da Saúde toca o Programa Nacional independentemente das peculiaridades locais, como se fosse receita de bolo. Mas não tem eficiência nenhuma. Fazendo mais do mesmo, iríamos chegar a 100 agentes de endemias e não faria diferença. É uma teimosia. Está comprovado que o veneno é caríssimo e a eficácia dele é baixíssima”, constata Moacyr Soares, assessor da prefeita e ex-secretário de Saúde. O trabalho começa em 2016, em parceria com a Fiocruz Ceará.

“Vamos ter que mudar o paradigma dos gestores e da população acostumada com um modelo que há 30 anos não funciona. Temos a nosso favor a vontade política de alguns prefeitos. Contra nós, uma cultura de décadas”, avalia Fernando Carneiro. E conclui: “Não vai ser fácil. Estamos começando a provar que é possível fazer diferente. Mas, apesar de tudo, estou vendo uma luz no fim do túnel. Para nós que defendemos a universalização do saneamento no Brasil, que defendemos que devia melhorar a qualidade de vida do povo, a epidemia de zika pode ser oportunidade para pressionar os governos nesse sentido”.

Procurado pela Poli, o Ministério da Saúde não enviou nenhuma informação relativa aos investimentos em vigilância em saúde, com o PNDC, compra dos inseticidas, estudos que embasem a adoção do controle químico, dentre outros questionamentos. O órgão também não disponibilizou nenhuma fonte para entrevista. ●

A escola faz doutrinação?

Especialistas discutem o Projeto Escola sem Partido, que aponta a manipulação como o grande problema da educação brasileira

Cátia Guimarães

De acordo com o site Escola sem Partido, o texto foi apresentado nas assembleias legislativas do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Sul. Tramita também na Câmara de Vereadores de nove municípios: Curitiba, Toledo, Foz do Iguaçu e Santa Cruz do Monte Castelo (PR) – este último é o único onde já foi aprovado –, Joinville (SC), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Vitória da Conquista (BA) e Cachoeiro de Itapemirim (ES). Somando todas as iniciativas, os ‘autores’ dessa proposta são dos seguintes partidos: PP (3), PSDB (2), PMDB (2), DEM (2), PSD, PDT (2), PTN, PSC, PR, PSB. Na Câmara dos Deputados, o PL foi apresentado pelo deputado Izalci (PSDB-DF). Tramita na Casa ainda outro projeto, do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que “tipifica o crime de assédio ideológico”, punido com detenção e pena aumentada em 1/3 se o “agente” for “professor, coordenador, educador, orientador educacional, psicólogo escolar ou praticar o crime no âmbito de estabelecimento de ensino público ou privado”. Procurado pela Poli, a assessoria do deputado pediu que as perguntas fossem enviadas por email, mas não respondeu.



Faixa em manifestação pró-impeachment em Brasília

Era uma manifestação contra o governo Dilma Rousseff. Em Brasília, entre cartazes com pedidos de impeachment e declarações de saudade do regime militar, chamou atenção do Brasil, naquele 15 de março de 2015, uma grande faixa que dizia: “Chega de doutrinação marxista. Basta de Paulo Freire”. Parecia uma excentricidade. O assunto foi noticiado como iniciativa de um professor de história, que associava o patrono da educação brasileira a “regimes tirânicos” e à “ideologia do PT”. O que nem todo mundo sabia naquele momento é que ele não estava sozinho: numa rede que envolve organizações da sociedade civil, articulistas e parlamentares, ganhou corpo um movimento que tem por objetivo ‘denunciar’ a prática da “doutrinação” como um dos maiores problemas da educação brasileira, uma estratégia que seria diretamente influenciada por autores como Paulo Freire, Antonio Gramsci e Dermeval Saviani. Como desdobramento prático dessa ‘bandeira’, passaram por 16 casas legislativas municipais e estaduais de todo o país, além da Câmara dos Deputados, projetos de lei que visam incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o ‘Programa Escola sem Partido’.

Não é coincidência: vereadores, deputados estaduais e um deputado federal estão submetendo às diversas casas legislativas um mesmo texto, que, na verdade, foi redigido na forma de anteprojeto de lei por uma Organização Não-Governamental chamada ‘Escola sem Partido’. Além desse anteprojeto prontinho para uso dos parlamentares, o site do movimento oferece também uma peça jurídica completa – faltando apenas preencher os dados pessoais de cada requerente – para os pais que quiserem denunciar ao Ministério Público a prática de doutrinação dos filhos.

O esforço é criar todo um aparato jurídico para caracterizar e enfrentar o que o movimento considera como “o” problema da educação no Brasil. O argumento principal, defendido pelo advogado Miguel Nagib, criador e coordenador do Escola sem Partido e principal porta-voz da campanha, é de que, no espaço da sala de aula, a Constituição não garante ao professor a liberdade de expressão, mas apenas a liberdade de cátedra. Literalmente, o texto constitucional não explicita essa limitação e, no seu artigo 5º, garante ainda a “livre expressão de atividade intelectual e científica”. A interpretação de Nagib, no entanto, é de que isso é incompatível com a “liberdade de consciência e de crença” do aluno.

O texto do anteprojeto proíbe a “prática de doutrinação política e ideológica”, embora não apresente definições, e veda procedimentos como a “veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis”. Como não especifica que práticas seriam essas, há interpretações de que esse artigo pode permitir, por exemplo, que pais cristãos proibam seus filhos de aprenderem conteúdos ligados à cultura e religiosidade afrobrasileira como parte do componente de História da

África. Nagib nega e garante que só reproduziu os termos da Convenção Americana de Direitos Humanos, um texto de 1969 do qual o Brasil é signatário.

Embora o foco maior seja no controle sobre o que acontece em sala de aula, o objetivo é monitorar também livros, avaliações e provas de concurso, além dos currículos, como os que estão sendo discutidos agora para a construção de uma Base Nacional Curricular Comum.

Diagnóstico

Mas de onde vem esse diagnóstico? “Eu fui vítima desse problema quando era estudante, meus filhos foram, conhecidos meus foram”, explica Miguel Nagib. A ‘experiência’ pessoal é o grande radar do movimento para apontar a “doutrinação” como um problema tão grave na educação brasileira a ponto de ser previsto na legislação. Num esforço de sistematizar essa “experiência compartilhada”, o site reúne testemunhos de supostas vítimas do problema. Apesar de Nagib afirmar que esses depoimentos “são muito volumosos”, na data de fechamento desta edição, o site contabilizava 30 casos coletados no intervalo de 11 anos (de 2004 até 2015), que incluíam mensagens enviadas diretamente à ONG e a reprodução de artigos.

Mas nem só de relato de experiências vive o movimento. Como embasamento ‘científico’ desse diagnóstico, Miguel Nagib cita – em diversos textos e documentos e também na entrevista à Poli – uma pesquisa realizada pelo Instituto CNT/Sensus em 2008, por encomenda da revista *Veja*. De acordo com a publicação, o levantamento ouviu 3 mil pessoas, entre alunos, pais e professores, de 24 estados brasileiros, e chegou a ‘resultados’ que, para o coordenador do Escola sem Partido, evidenciam o fenômeno da “doutrinação”. “Eles pesquisaram e verificaram que 80% dos professores entrevistados reconhecem que o seu discurso é politicamente engajado”, cita. E atesta: “Esse é um dado objetivo”.

A associação entre “discurso politicamente engajado” e “doutri-



nação”, no entanto, não tem nada de “objetiva”. De fato, na reportagem em que divulgou os resultados da pesquisa, a revista *Veja* afirma que a maioria dos professores reconhece que faz doutrinação. Mas basta uma leitura do infográfico que ilustra a própria matéria para perceber que nenhuma pergunta ou resposta do questionário aplicado nomeia essa prática. No caso desse resultado específico, a orientação foi para que os professores qualificassem o seu discurso em sala de aula como ‘politicamente engajado’, ‘às vezes engajado’ ou ‘neutro’. Metade dos entrevistados ficou com a primeira opção, 30% se reconheceram na segunda e 20% na terceira. Questionado pela Poli sobre se engajamento político seria sinônimo de doutrinação, Miguel Nagib relativiza e insiste que não baseia seu diagnóstico apenas nessa pesquisa, retomando o foco nas experiências pessoais. Mas endossa a associação. “Quando um professor reconhece que seu discurso é politicamente engajado, significa: tem lado. Eles não escondem isso. Isso se reflete obviamente na ideologia do professor, que ele realmente não se sente inibido de promover em sala de aula”, argumenta.

A relação entre posicionamento político e prática doutrinária – que parece automática na interpretação dos dados da pesquisa – é, no entanto, relativizada quando perguntamos a Nagib se a mesma suspeita deveria recair sobre grandes figuras da história recente do Brasil, como Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato Souza, que conciliaram a vida partidária com a prática docente. Um professor, então, não pode ter filiação político-partidária? “Isso obviamente depende de cada indivíduo. Eu não sei como o Fernando Henrique e o Paulo Renato se comportavam como professores em sala de aula. Eu assisti a uma entrevista do Fernando Henrique, gravada no Youtube, onde ele defendia a ideia de que o professor não pode se aproveitar da sua posição em sala de aula para fazer doutrinação, para fazer a cabeça dos alunos. Não sei se ele se comportava dessa maneira como professor”, responde. Segundo Nagib, de uma “questão ética”. O deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF), que apresentou o projeto do Escola sem Partido na Câmara dos Deputados, concorda, e defende, portanto, que o problema não são todos os partidos: “Pelo que eu conheço do PSDB e das pessoas do PSDB desde a fundação, elas têm um comportamento e uma ética muito diferente do que existe hoje. O partido que hoje está no poder é um partido que realmente não respeita isso”, diz.

No que concerne ao debate sobre educação, para o professor Paulo Eduardo de Mello, um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de História e Educação da Associação Nacional de História (Anpuh), todo esse

diagnóstico não passa de um “discurso falacioso” de grupos que “querem fazer campanha política contemporânea”. “Doutrinação era o que o nazismo, o fascismo faziam: pegar uma criança e educar quase num processo de lavagem cerebral até ele entrar nas Forças Armadas e servir à pátria. Isso no Brasil não existe”, diz. E completa: “O problema real da escola brasileira não é a doutrinação, é a falta de recursos, é a escola que não tem um bom banheiro, é a violência, enfim, são coisas de outra ordem. Essa é uma agenda forjada”, garante, defendendo que esse movimento desconhece a realidade da escola pública.

Papel da escola

A Anpuh tem acompanhado e criticado publicamente o movimento Escola sem Partido. De acordo com Paulo Eduardo, esse interesse se explica porque, ainda que respingue em todo o currículo, o Programa atinge principalmente as disciplinas ligadas às ciências humanas, como a História, que têm foco exatamente na formação de uma “consciência política e social” do aluno. Já para o coordenador do movimento, a própria concepção de que esse é o papel da escola e do professor é um sintoma da doutrinação na educação brasileira. “Os professores dizem que a principal missão da escola é formar cidadãos e apenas 8% consideram que [o objetivo] é ensinar as matérias. Esse ‘formar cidadãos’ tem um significado muito claro: a ideia é de você despertar o senso crítico para que um estudante tenha uma visão política e crítica sobre a realidade. E todos esses dados convergem no sentido de que isso efetivamente acontece”, lamenta Nagib, referindo-se novamente aos dados da pesquisa do Instituto CNT/Sensus, segundo os quais 78% dos professores consideram essa a principal missão da escola. Síntese das concepções de educação defendidas a partir do processo de democratização, a proposta de “formar para o exercício da cidadania” não é invenção dos professores ouvidos pela pesquisa: trata-se de uma expressão que consta até

na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lembrando que é advogado e não educador, e afirmando que o Escola sem Partido não tem uma “pauta positiva”, Miguel Nagib não se considera em condições de definir qual deve ser o papel da escola. O que ele sabe é que “formar cidadãos” é uma “expressão muito vaga”, que “muitas vezes” é interpretada pelos professores como “preparar o estudante para votar” em algum partido ou corrente ou para “defender tais ou quais bandeiras”.

Ele exemplifica: poderia ser considerado um esforço de “formar cidadãos” se o professor tratasse de temas polêmicos, como desarmamento ou a redução da maioria penal, mostrando os diversos lados da questão. O problema, diz, é que muitas vezes o professor “só apresenta o lado com o qual ele se identifica”. “E eles chamam isso também de formar cidadãos”, contesta. Paulo Eduardo não tem dúvida de que é papel social da escola garantir o debate público, aberto, com diferentes visões. Ele acredita, no entanto, que a escola pública brasileira tem cumprido bem essa missão. A diferença entre o que se considera ou não manipulação talvez esteja na compreensão sobre o tipo de conhecimento que envolve a prática escolar. Para Miguel Nagib, embora até possam ser abordadas em sala de aula, discussões como essas são apenas uma “matéria de opinião”. “Não tem certo ou errado numa questão como essa”, acredita. Assim, conclusões retiradas a partir de dados objetivos – como os números que mostram que a antecipação da maioria penal não levou à diminuição da violência onde foi aplicada, ou os gráficos que apontam que o aumento do encarceramento no Brasil foi acompanhado do crescimento da violência e não o contrário – não são entendidas como conhecimento científico.

Mais uma vez, a preocupação principal do movimento parece ser a influência política que um debate como esse pode ter na hora do voto. “Se ele [o professor] pode tomar partido, se pode promover a opinião dele a respeito desse assunto, poderá promover a opinião, por exemplo, sobre qual é o melhor candidato a Presidente da República: é aquele que defende a redução da maioria penal ou o que defende que as coisas fiquem como estão? Claro que, indiretamente, é isso que ele está dizendo. Essas questões acabam influenciando a escolha política, a visão política dos alunos”, argumenta Nagib.

Neutralidade e pluralismo

Defender que a escola precisa ser neutra em relação a todas as questões é, na opinião de Paulo Eduardo, desconhecer tanto o papel da escola quanto a natureza do conhecimento com o qual ela lida. “É a ideia da convivência múltipla, diversa, que caracteriza a sociedade humana, principalmente a nossa. Só que essa é também uma sociedade que tem preconceito. Como a escola sabe que a sociedade brasileira tem forte discriminação de gênero e de raça, tem desigualdade social, é preciso que ela trabalhe isso”, diz, e exemplifica: “Ao tocar numa questão racial, eu não estou racializando a sociedade brasileira. Existe racismo no Brasil. E a escola tem que trabalhar uma educação que seja antirracista. Ela tem que contribuir para que as pessoas respeitem as diferenças, respeitem o outro”.

Virgínia Fontes, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), concorda: “Essa separação absoluta entre ciência e vida não existe”, diz. E completa: “Supor que exista um terreno neutro e fora dos conflitos é negar a própria constituição e reflexão do campo educativo e do campo científico, assim como apagar a democracia”. Segundo ela, a defesa incondicional do pluralismo como antídoto sem o qual tudo passa a ser considerado doutrinação traz duas falácias. A primeira, diz, é supor que, por apresentar vários autores, o professor não tem posição. A segunda “falácia” – que Virgínia considera mais “dramática” – é que o discurso que absolutiza o pluralismo sempre favorece quem tem recursos para divulgar suas próprias posições. Assim, se, por exemplo, os posicionamentos a favor da redução da maioria penal estiverem mais presentes

Educação e moralidade

O movimento que denuncia a prática de “doutrinação” na educação brasileira dedica muita atenção também às questões que classifica como ligadas à “moralidade”. Um dos pontos mais polêmicos do anteprojeto de lei criado pela ONG é a defesa de que a escola não pode ensinar conteúdos que estejam em desacordo com as “convicções religiosas ou morais” dos pais. “Se os pais são racistas, a escola deve ser racista?”, questiona o advogado Daniel Sarmiento, professor titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e compara: “A homofobia não é diferente do racismo. A diferença é que a sociedade talvez tenha despertado para o caráter hediondo do racismo um pouquinho antes”.

O coordenador do movimento reconhece que a escola tem que lidar com dados científicos, mas defende que esse conhecimento não pode envolver comportamento. Como essa é uma fronteira difícil, o discurso de Nagib – tal como o artigo do seu anteprojeto de lei – não consegue precisar o que seria ou não permitido ao professor. Ele explica que um professor pode falar, por exemplo, sobre masturbação em sala de aula. Mas se afirmar que essa é uma prática normal e saudável, negando que seja pecado, ele pode estar “violando a convicção moral de pais conservadores”, assim como o contrário: se disser que é pecado, pode estar “violando a convicção moral de pais liberais”. Embora em outro momento da entrevista ele defenda que “se estiver amparado em pesquisa científica”, o professor pode tratar do assunto, Nagib, mais uma vez, trata esse conteúdo escolar como “matéria de opinião”:

“Não tem certo nem errado sobre essa questão”, repete.

O debate sobre a convicção moral dos pais ganhou espaço também na discussão sobre os planos municipais, estaduais e nacional de educação. Não por acaso, no nível federal, foi o deputado Izalci (PSDB-DF) – que levou o anteprojeto do Escola sem Partido para a Câmara – o autor da emenda que retirou do Plano Nacional de Educação o trecho que ele – assim como Nagib – considerou como “ideologia de gênero”. Em 2012, a Câmara havia aprovado uma redação do PNE que falava em “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Na redação final, por iniciativa de Izalci, esse trecho foi substituído por um texto mais genérico, que tratava da “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. “Ali havia um incentivo e não uma proibição da discriminação”, justifica-se o deputado. Confrontado com os termos da redação, no entanto, ele relativiza: “Às vezes até no texto não estava muito assim, mas como naquele momento da discussão o MEC estava promovendo coisas que eu discordo e muita gente discordou na época, talvez isso tenha interferido na votação, na decisão de fazer um texto diferente. Foi a circunstância daquele momento”, confessa.

A nova briga do movimento tem a ver com a redação do Enem 2015, que também gerou uma polêmica bem ao gosto da defesa da moralidade presente no PL do Escola sem Partido. Abordando o tema da violência contra a mulher,

a partir de um texto da escritora Simone de Beauvoir, o exame foi acusado de promover essa mesma “ideologia de gênero”. Isso numa realidade em que, segundo os dados do Mapa da Violência 2015, o número de assassinatos de mulheres no Brasil cresceu 252% de 1980 até 2013. Para Miguel Nagib, o problema não está no tema da redação, mas na obrigatoriedade – prevista no guia do candidato – de que o estudante respeite os direitos humanos. Segundo ele, essa determinação fere a liberdade de expressão dos candidatos que, sob o argumento de respeitar os direitos humanos, são submetidos ao “politicamente correto”. Na prática, o advogado defende que um aluno deveria, por exemplo, ter o direito de argumentar na sua redação que o comportamento da mulher pode ser responsável pela violência que ela sofre. “Existe comportamento de risco. Por exemplo, uma mulher que faça prostituição está se arriscando a ser vítima de violência mais do que uma mulher que fica em casa cuidando da família”, diz, para logo na sequência ponderar: “Eu não quero entrar no mérito”. O também advogado Daniel Sarmiento discorda: “Existe um direito fundamental à liberdade de expressão. Por isso, você não vai punir criminalmente uma pessoa que fale uma asneira como essa. Outra coisa é quando o Estado se põe a avaliar o conteúdo daquilo. O Estado não pode dizer que está tudo bem em alguém falar que uma mulher merece apanhar ou ser estuprada porque usa uma saia curta”, diz, defendendo que a Constituição brasileira como um todo coloca para o Estado o “dever de promover os direitos humanos”. “E o melhor mecanismo para isso é a educação”, conclui.

em espaços como jornais, TV e mesmo no Congresso Nacional a ideia de que a escola tem que tratar igualmente todas as posições e argumentos, desconsiderando essa desigualdade no debate público, acaba fortalecendo ainda mais essa tendência. “O pluralismo só seria de fato plural se todos os setores sociais tivessem recursos equivalentes para difundir suas próprias crenças, convicções, pesquisas, problemas, questões. Essa não é a verdade.”, diz.

Ampliando o foco do espaço restrito da sala de aula para as políticas educacionais, Virgínia exemplifica essa falta de um verdadeiro plu-

ralismo com a presença crescente e privilegiada de entidades empresariais na formulação e condução da educação pública brasileira. “Que pluralismo pode existir quando empresas adotam escolas públicas, pagam passeios, lanches, uniformes para as crianças e, em troca, ganham o currículo dessas

escolas? Por acaso, as associações de moradores próximas à escola, os sindicatos de trabalhadores dessas empresas, os trabalhadores rurais do entorno também têm o direito de se organizar e apresentar suas discussões na escola?”, pergunta. Ela se refere ao fato de entidades sem fins lucrativos ligadas a grandes empresas – unidas, por exemplo, no movimento ‘Todos pela Educação’ – estarem à frente de processos que se tornaram política nacional, com chancela do Estado. “Isso é doutrinação, e a partir de poderes não eleitos, sem nenhuma influência da democracia. É um processo pelo qual se prega uma doutrina de acirramento da competição, um certo tipo de meritocracia”, analisa, questionando por que essa realidade é simplesmente ignorada pelo movimento Escola sem Partido. “Eu não conhecia esse problema que você está me mostrando”, reconhece Nagib, dizendo que, até aquele momento da entrevista, achava que as empresas interferiam apenas na gestão das escolas. Na sequência do espanto, no entanto, ele relativiza: “O problema não é esse”. E retorna ao alvo principal: “No fundo, o grande ator do processo educacional e, portanto, também eventualmente do processo de doutrinação, é o professor, o educador. Esse é o responsável”, diz. Para o advogado, esse ‘protagonismo’ dá ao professor, inclusive, liberdade e obrigação de corrigir ou relativizar um material didático que seja tendencioso – por exemplo, a favor de concepções que interessam às empresas financiadoras. Virgínia contesta: “Um professor dentro de sala de aula tem infinitesimalmente o peso de algo como a Fundação Lehmann, o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Itaú Social. Essas pessoas deveriam pesquisar quem doutrina de fato a escola”.

Sem partido?

Para o coordenador da Anpud, o processo de “demonização” de figuras importantes como Paulo Freire – que se deu não apenas na faixa que sobressaiu no protesto,

mas também em argumentos do Escola sem Partido e em textos de articulistas da direita – é emblemático e não deixa dúvidas da associação da pauta do Escola sem Partido com o fortalecimento de um discurso e uma prática reacionárias no país. “É quase um *remake* do que fizeram em 1964, quando pediram a intervenção dos militares. Teve a Marcha da Família pela Liberdade, que era a [denúncia dessa] ameaça dos comunistas à família, aos valores da tradição cristã. O país iria virar uma Cuba. É o mesmo discurso que se faz hoje. Estão requeitando um discurso ultrapassado, só que acharam novos demônios. Mas não trazem nenhuma contribuição positiva para a gente avançar e assegurar mais transparência no poder público, mais democracia ou mais agilidade da justiça. Só trazem um discurso enviesado sobre o que está acontecendo no país”. E conclui: “Eu acho que a gente está vendo uma ação articulada, uma ponta de lança de setores reacionários que se apoderaram de lugares estratégicos dentro do Congresso Nacional, de alguns canais de comunicação e estão fazendo um uso bastante agressivo disso para alterar a nossa legislação”.

Miguel Nagib se defende da acusação de que o Escola sem Partido seja um movimento de direita. “Eu desafio qualquer pessoa a provar que nosso projeto não seja 100% sem partido. Se a lei for aprovada, ela poderá ser invocada tanto pelo PT quanto pelo PSDB e pelo partido que for”, garante. Durante a entrevista à Poli, ele fez, inclusive, questão de citar como exemplo de prática doutrinária o caso de um professor de português de Caraguatatuba (SP) que, numa questão de prova sobre o uso da vírgula, usou frases como “O PT é ladrão, traidor e enganador” e “Dilma, a presidente e seus 40 ladrões, afundaram o país”. “É desonesto um professor fazer isso. Se isso hoje está a favor do partido tal, amanhã pode ser contra”, opina.

É perceptível, no entanto, a relação entre personagens, instituições e mesmo partidos de pauta conservadora com os ambientes em que o projeto Escola sem Par-

tido tem sido mais aceito e elogiado. Um dos maiores entusiastas do movimento é o articulista Rodrigo Constantino, conhecido por textos polêmicos que atacam nomeadamente partidos, pessoas e instituições que ele, signatário do recém-criado Partido Novo, considera de esquerda.

Da mesma forma, nos diversos espaços do site do Escola sem Partido é possível encontrar textos que fazem a defesa de pautas associadas a movimentos mais conservadores, além de críticas explícitas a personagens de esquerda. Num artigo intitulado ‘Ensino da ditadura militar nas escolas: Gramscismo puro’, publicado na seção ‘Corpo de delito’, por exemplo, o autor, Jorge Alberto Forrer Garcia, defende a interpretação dos militares e nomeia o golpe como “contra-revolução democrática de 31 de março de 1964”. É bem verdade que, nas ‘condições de uso’ do site, informa-se que as mensagens “não refletem, necessariamente, as [opiniões] do provedor”, embora este se reserve também o direito de recusar ou remover mensagens “a seu exclusivo critério”. Na página principal, aparece em destaque um clipe, classificado pelos administradores do site como “tema musical da educação brasileira”. Trata-se da música ‘o Bando’, uma paródia da ‘Banda’, de Chico Buarque, que faz referências diretas a “mensaleiros” e chama de “esquerdalha” pessoas que tentariam transformar os estudantes em “robôs”. Paulo Freire, segundo a letra, “virou Santo e fudeu com o Brasil”.

Perguntado, Nagib não sabe citar um único nome ligado à direita que tenha promovido doutrinação. “Pode ser até que exista. Eu não conheço”, diz. O coordenador do Escola sem Partido é católico e, politicamente, se considera um conservador – adjetivo que, na sequência da entrevista, ele associa às ideias da direita. Apesar disso, ele não tem “nenhuma dúvida” de que, diferente da prática dos professores em sala de aula, seu projeto não sofre qualquer influência das suas posições políticas e religiosas. ●

Crise do capitalismo, crise das cidades



Em 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou o relatório que confirmou que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas. As cidades de todo o mundo presenciam hoje inúmeros problemas estruturais: transportes, violência, saúde pública, moradia adequada, gestão democrática e transparente, etc. O livro da professora, arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, 'Guerra dos lugares: a colonização da terra na era das finanças', nos ajuda a compreender esse complexo tecido que é a produção do espaço urbano hoje.

Este livro, que é fruto do trabalho da autora em dois mandatos como relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada (2008-2014), mescla o rigor teórico de uma acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da USP com a sensibilidade e a experiência adquiridas enquanto relatora e militante pela reforma urbana. As falas que permeiam a reflexão do trabalho, recolhidas em todo o mundo, formam cenas da tragédia que o desenvolvimento das cidades contemporâneas vêm produzindo historicamente.

A obra é uma denúncia do processo em curso de financeirização das cidades e da moradia; o trabalho nos mostra como os agentes do mercado financeiro global vêm transformando o solo urbano e a habitação em ativos financeiros e como esse sistema produz milhares de famílias sem teto, produtos de endividamentos hipotecários, e removidas de suas casas através da violência ou do alto custo de moradia.

Na primeira parte do livro a autora desvenda a economia política da financeirização do espaço urbano que se desenvolveu a partir do paradigma neoliberal. O texto nos convida a pensar sobre os exemplos de financeirização da moradia no mundo, e como os sistemas de proteção social e de habitação popular foram sendo sucateados e colonizados pelas formas financeirizadas das hipotecas, dos empréstimos de alto risco, dos financiamentos privados e dos subsídios públicos ao mercado, montando o histórico de como o crédito se transformou na maior ferramenta de política habitacional no mundo.

Na segunda parte, a urbanista nos mostra como grande parcela da população urbana mundial vive em constante insegurança de posse e como territórios inteiros circulam entre o ilegal e o legal, dependendo dos arranjos políticos e econômicos que se concretizam. A autora apresenta o papel dos megaeventos e megaprojetos na economia política das cidades contemporâneas e explica como esses processos produzem um grande número de remoções forçadas, aumento do preço dos aluguéis e da especulação imobiliária, agravando ainda mais a conjuntura de vulnerabilidade em que muitos territórios se encontram.

Na terceira parte, o texto versa sobre alguns dos elementos da sufocante realidade em que as cidades brasileiras estão embebidas: a (i)mobilidade, a segregação, a violência, a militarização, as remoções, a especulação imobiliária, o aumento dos aluguéis, os enclaves fortificados, a "guerra contra o tráfico", o consumo, o Minha Casa Minha Vida, as Olimpíadas, a Copa do Mundo, "as empreiteiras" e a crise da habitação, entre outros.

O trabalho da autora como relatora especial se inicia no ano de 2008, ano que a crise das hipotecas subprime nos EUA explode, expondo como nosso sistema é insustentável e não garante moradia adequada e direito à cidade a milhões de pessoas. Entretanto, mesmo nesta cidade capturada pelas formas abstratas do capitalismo, a urbanista observa uma cidade viva e sedenta por direitos, e vislumbra nos movimentos de resistência ao redor do mundo possibilidades de construção e preservação de espaços públicos e futuros possíveis. ●

Guilherme Chalo é estudante de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ex-aluno e bolsista de iniciação científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

PUBLICAÇÕES



O CAQi e o novo papel da união no financiamento da Educação Básica
Luiz Araújo
Paço Editorial



Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência
Elizabeth Maria Fleury-Teixeira e Stela Nazareth Meneghel (orgs.)
Editora Fiocruz



Medicalização em Psiquiatria
Fernando Freitas e Paulo Amarante
Editora Fiocruz

INOVAÇÃO

Passaram-se cem anos até que, agora em 2016, cientistas comprovassem que a teoria das ondas gravitacionais de Albert Einstein estava certa. Foi destaque em quase todos os jornais e, apesar da dificuldade de se compreender exatamente os termos da descoberta, ninguém teve dúvida do avanço que isso significa para a história da humanidade. Pelo menos por enquanto, nenhum novo produto vai ser criado a partir dessa descoberta; nenhum processo de trabalho ou produção está prestes a se modificar em função desse resultado; nenhuma empresa parecia ansiar pelas ondas da gravidade como forma de melhorar sua atuação no mercado mundial. Moral da história: de certo modo, pode-se dizer que Einstein escapou dos efeitos da era da inovação.

São, literalmente, novos tempos. Nascida no período pós-Segunda Guerra Mundial, a ideia de inovação tem modificado a compreensão sobre os objetivos e a organização da atividade científica. Mais do que isso: tem mudado não apenas o nome, mas também o foco de órgãos e políticas de fomento à ciência no Brasil e no mundo. Por trás dessa concepção de ciência como inovação está a pergunta sobre a ‘utilidade’ (mais ou menos imediata) dos estudos científicos. “A inovação é uma forma de ser e estar no mundo própria do capitalismo contemporâneo. Tudo tem que se renovar o tempo inteiro”, situa Marcela Pronko, pesquisadora e vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e co-autora do livro ‘O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado’. O fato é que, quando colocada logo depois de ciência e tecnologia – no título de editais, na definição de políticas ou no nome de um ministério –, a palavra inovação é majoritariamente compreendida como consequência natural destas duas. Pesquisadores que se dedicam ao assunto, no entanto, não são unânimes nessa interpretação.

Origens

Segundo o professor José Cassiolato, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o termo ‘inovação’ começou a se popularizar no começo do século 20, principalmente pelos trabalhos do economista austríaco Joseph Schumpeter. Mas tratava-se ainda de uma abordagem “genérica”, que enfatizava a produção de ‘novidades’ como motor do desenvolvimento econômico. De acordo com o pesquisador, foi a partir dos anos 1960, no calor da Guerra Fria, que “a academia passou a fazer um esforço de compreender melhor essa caixa-preta chamada inovação”. Isso porque, além de acender um sinal de alerta para a humanidade, a bomba de Hiroshima teria ‘ensinado’ aos governos que “a tecnologia poderia ganhar guerras”, que a “produção de novidades poderia levar a vitórias”.

Segundo a professora-pesquisadora Marcia Teixeira, da EPSJV/Fiocruz, foi nesse contexto que surgiu, pela primeira vez, uma divisão entre pesquisa básica e aplicada. “Eu acho que isso já era uma sementinha dessa ideia de que uma pesquisa só tem importância se tiver um valor imediato e muito alto de consumo para a sociedade”, opina. Logo depois, entre as décadas de 1970 e 1980, de acordo com ela, começou-se a falar em ‘Pesquisa & Desenvolvimento’ e, principalmente a partir dos anos 1990, o ciclo se fechou com o discurso da inovação. Ressaltando que esse processo não foi um “*continuum*”, como pode parecer, Marcia explica que, já na origem, essa separação entre diferentes entendimentos sobre a atividade científica atendia a interesses que iam além da pura ação militar: num contexto de aumento do custo da força de trabalho e enfrentamento de greves mundo afora, o grande capital, principalmente norte-americano, buscava uma forma de fortalecer suas empre-

sas para enfrentarem a concorrência. Com isso, a ciência ia se aproximando cada vez mais das necessidades do mundo produtivo. “A inovação tecnológica é um componente central na capacidade competitiva das empresas”, diz. Marcela Pronko concorda: “É claro que há exceções, que no Brasil há nichos onde as instituições públicas e seus pesquisadores realizam contribuições importantes a campos do conhecimento. Mas a regra é a pesquisa dedicada à possibilidade de modificação pontual que traz lucros imediatos ao mercado e que, devido à própria dinâmica desse mercado, logo perde sua capacidade de revolucionar e precisa ser rapidamente substituída”.

Relação com o mundo produtivo

Para o pesquisador da UFRJ, que estuda o tema desde os anos 1980 e é “muito favorável” à concepção de inovação, a relação com os interesses empresariais não tem nada a ver com o conceito em si. Trata-se, segundo Cassiolato, de uma apropriação feita pelo discurso neoliberal nos anos 1990, principalmente a partir da ação de agências e organismos internacionais, como o Banco Mundial e, em especial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que se tornou carro-chefe de uma certa concepção de inovação que, lamentavelmente, o professor identifica como a que vem sendo adotada no Brasil. “O ser humano se move pela introdução de novidades, que significa melhoria teórica potencial. Eu defendo a inovação como uma estratégia de ação política, mas é claro que você pode fazer para o bem e para o mal”, justifica. Ele reconhece, tanto aqui como internacionalmente, uma instrumentalização do discurso da inovação com o objetivo de colocar a atividade científica a serviço do mercado. “Isso é um equívoco absoluto e não tem nada a ver com o conceito de inovação”, defende, argumentando que a universi-

dade deve interagir com toda a sociedade, o que inclui o setor produtivo, mas sem subordinação.

O primeiro marco importante do momento que ele classifica como “neoliberal” foi um relatório do Banco Mundial lançado em 1998 com o título ‘Conhecimento para o desenvolvimento’. Dois anos depois, a União Europeia, com Portugal à frente, lançou a ‘Estratégia de Lisboa’, que também dava destaque a uma economia do conhecimento e à importância da inovação. “O Banco Mundial, a OCDE e a União Europeia dão um aval político à ideia de que seria importante transformar políticas de ciência e tecnologia em políticas de inovação. Depois que isso acontece, o mundo inteiro vai atrás”, explica.

No Brasil não foi diferente. Marcia Teixeira conta que foi no governo Fernando Henrique Cardoso que começaram os primeiros esforços de construção de conferências nacionais e órgãos – como o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) – para propor e fomentar políticas relacionadas a essa concepção. Tudo isso casado com um esforço de internacionalização dos centros de pesquisa, um processo que, segundo ela, se intensificou no governo Lula e continua se desenvolvendo até hoje – o Ministério de Ciência e Tecnologia ganhou o termo ‘inovação’ no nome em 2011, sob a gestão de Aloizio Mercadante, com o objetivo de se adequar ao conceito que, segundo o site da pasta, já vinha permeando as ações da área desde pelo menos 2004, quando foi criada a Lei da Inovação (nº 10.973). Em termos jurídicos, essa concepção parece ter atingido seu auge no Brasil com a aprovação do Novo Marco Legal para Ciência, Tecnologia e Inovação, em janeiro deste ano.

Interesses na (e da) ciência

O exemplo da descoberta de Einstein ilustra uma concepção de ciência como um processo que, nas palavras de Marcela Pronko, “se propõe a ampliar os limites do conhecimento humano”. Por essa definição, a pesquisa, sobretudo aquela desenvolvida por instituições públicas, não pode ter como condição a produção de um resultado rápido, que se justifique por uma aplicação prática imediata. Não se trata de negar a utilidade do conhecimento científico produzido, mas de não reconhecer esse como um critério de validação – e de financiamento – da atividade científica. Uma matéria recentemente publicada na revista *Superinteressante* ajuda a entender a diferença. “Elas [as ondas gravitacionais] servem para alguma coisa?”, pergunta o texto, respondendo na sequência: “Por enquanto, não. Nada de realmente prático. Mas quando descobriram a força eletromagnética, no século 19, ninguém imaginava o que fazer com ela também. E hoje dependemos das ondas eletromagnéticas para tudo”.

José Cassiolato classifica o exemplo de Einstein como próprio da história de “gênios”, e lembra que mesmo esse trabalho “especulativo” só foi possível em função de um objetivo bastante prático: o esforço do governo norte-americano de usar físicos para construir a bomba atômica. Ele afirma um certo “receio” da ideia de uma “busca do conhecimento pelo conhecimento”. “Sempre tem um interesse por trás, que é basicamente o interesse de quem paga a conta”, diz, explicando que, no caso de um pesquisador vinculado a uma instituição pública, como é o seu caso, quem paga a conta é a sociedade. “Eu não posso dizer que vou pesquisar o que vem à minha cabeça. Portanto, a ideia de pesquisa básica eu acho complicada”, opina e, garantindo que não é “contra a pesquisa fundamental”, pondera: “Você tem espaço para os teóricos se preocuparem. Isso deve continuar acontecendo. Agora, os resultados disso do ponto de vista dos benefícios para a sociedade podem acontecer de uma forma direta ou demorar, eu não sei”.

Na avaliação de Marcia Teixeira, o ponto central desse debate está em reconhecer os “limites falaciosos” da separação entre pesquisa fundamental e aplicada ou, de forma mais atual, entre ciência e inovação. Segundo ela, a atividade de pesquisa gera inovações todos os dias, como parte da própria dinâmica da ciência. “Muitos testes de diagnóstico rápido foram desenvolvidos numa determinada etapa da pesquisa de pessoas cujo gran-

de intuito da vida era produzir uma vacina”, exemplifica. Mas então o que diferenciaria a inovação da boa e velha ciência? “A questão é que essa inovação com cara de produto ou de processo, que tenha valor de mercado, que seja um elemento para a competitividade de empresas, de uma coalizão de guerra ou mesmo de instituições estatais, é mais rara. Para que eu tenha uma inovação dessa amplitude, preciso de muita gente estudando a mesma coisa em diversos lugares. Porque há necessidade de uma escala para que, de repente, se tenha o pulo do gato”, explica. E completa: “Isso é uma lógica da indústria”.

A pesquisadora não tem dúvida de que os resultados desses processos de larga escala não são todos apenas apropriados pelas grandes empresas e não nega a importância de muitos desses estudos. A pesquisa de medicamentos para Aids, que mobiliza centenas de laboratórios no mundo, é um exemplo bem atual do campo da saúde. Mas um dos problemas, diz Marcia, é que essa estrutura necessariamente agigantada acaba “tirando o cobertor de outros lugares” – no caso da saúde, segundo ela, a pesquisa de outros vírus com importância para a saúde de determinadas populações recebe menos recursos. Alertando sobre a importância de os cientistas cada vez mais se questionarem sobre de onde vem a sua agenda de pesquisa, ela aponta como uma possível consequência negativa desse processo a “diminuição dos objetos de pesquisa”, principalmente nas ciências humanas e sociais. E a saúde pode ser um caso exemplar. Segundo Marcia, nos últimos anos, tem sido comum instituições científicas defenderem que se concentrem os esforços em pesquisa sobre doenças crônico-degenerativas (como diabetes, câncer e hipertensão), o que gera uma diminuição do investimento nas doenças infecto-contagiosas. Até que a realidade surpreende e, de repente, o mundo se vê diante de uma epidemia de zika vírus, causada por um mosquito, cuja reprodução tem relações diretas com as condições de saneamento. Pode faltar cobertor. ●

Cátia Guimarães e Máira Mathias